



Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim

Relatório e Contas do Exercício de 2016



Painéis solares fotovoltaicos

Corpos Sociais para o quadriénio 2016/2019

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Manuel Alves de Aguiar Quintas (Dr.)
Vice-Presidente	Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira (Prof.Dr.)
Primeiro Secretário	Mateus Manuel Maio Ribeiro
Segundo Secretário	José Carlos Brandão Gomes (Dr.)
Suplentes	José Antunes Santos Silva (Dr.) Abel Alcino da Silva Ferreira (Dr.)

DEFINITÓRIO

Presidente	João Pereira Gomes (Dr.)
Vice-Presidente	Maria Emília Macedo Oliveira
Secretária	Ana Paula Terroso Baptista Lima (Dra)
Suplentes	Joaquim José Pereira Figueiredo Jorge Manuel de Guimarães Caimoto (Dr.)

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	Virgílio Alfredo Tavares Ferreira (Eng.º)
Vice-Provedor	Pedro Manuel Arteiro Falé (Prof.)
Secretário	José Manuel Lobo Martins
Tesoureiro	Virgílio da Silva Fernandes
Vogais	Mário José Leite António Fernando Maio Ribeiro Óscar Aníbal Fernandes Ribeiro António Manuel Gomes Carvalho José Alberto de Sousa e Silva (Dr.) Manuel Abel Milhazes Rigor Manuel Gomes Moreira
Suplentes	



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. n.º 500 850208

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

CONVOCATORIA

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º do Compromisso, convoco todos os Irmãos desta Santa Casa da Misericórdia, no gozo dos seus direitos, a tomarem parte na Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia **26 de Março de 2017 (Domingo)**, pelas **09.30 horas**, no Salão Nobre desta Instituição, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 - *Apreciar, discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2016, e do Parecer do Definitório;*

Ponto 2 – *Pedido de autorização pela Mesa Administrativa ao abrigo do disposto na alínea g) n.º 1 do artigo 21 do Compromisso para alienação dos seguintes imóveis :*

a) – *fração A, correspondente ao rés do chão do prédio sito na Rua da Igreja n.º 46 desta cidade, inscrito na matriz urbana da União das freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, sob o artigo 7443-A ;*

b) – *campo do Eirado, sito na Rua do Cachorro, freguesia de Amorim, deste concelho, inscrito na matriz rústica da União das freguesias de Aver-o-Mar, Amorim e Terroso, sob o artigo 3128 ;*

Ponto 3 - *Meia hora para tratar de qualquer assunto de interesse para a Santa Casa da Misericórdia, de acordo com o n.º 3 do artigo 22 do Compromisso.*

Se á hora marcada não se encontrar presente a maioria dos Irmãos inscritos, esta funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças, nos termos do n.º 1 do artigo 24 .º do Compromisso, com a mesma ordem de trabalhos.

Póvoa de Varzim, 01 de Março de 2017

O Presidente da Assembleia Geral

Manuel Alves de Aguiar Quintas, Dr

Instituição de Utilidade Pública

Medalha de Ouro de Reconhecimento Povoiro
11/11/1986

Relatório de Atividade

As baixas pensões de aposentação e reformas de muitas das pessoas idosas, limitaram os valores a pagar pelos serviços prestados. Muitas vezes os familiares não têm emprego ou quando o têm, auferem rendimentos que não permitem o pagamento da comparticipação que é devida.

Cabe à Mesa Administrativa, uma análise mais criteriosa dos rendimentos dos familiares, de modo a que os que podem, paguem uma comparticipação ajustada aos custos dos cuidados de cada utente, para que se possa suportar os custos dos que não têm meios para participar nas despesas da prestação de cuidados.

O aumento da dependência e do estado de saúde das pessoas apoiadas, cuja idade média na ERPI I (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) é da ordem de 82 anos e 87 anos no Pensionato exigiu cuidados mais especializados, o que obrigou a um reforço de horas de trabalho de ajudantes de ação direta e enfermeiros, na área social.

No âmbito do Apoio Alimentar, a situação de emergência social que se vive no concelho, obrigou-nos a fornecer diariamente, em média, 140 refeições/dia, tendo a Misericórdia de suportar o custo, para além das 99 refeições acordadas.

A avançada idade dos nossos residentes, justifica uma mortalidade acima do habitual.

Quer na área da saúde, quer na área social, a atividade da Instituição esteve num nível elevado, com a estrutura residencial com todas as camas permanentemente ocupadas e as outras respostas sociais a darem apoio ao número máximo de pessoas previsto nos acordos.

Em Cuidados Continuados a ocupação esteve sempre próxima dos 100%.

O serviço de Medicina Física, teve um ligeiro aumento de atividade, relativamente ao ano de 2015, traduzindo-se num acréscimo da faturação da ordem de 4,5 %.

Foram intensificados os acordos, com diversas Instituições da área de formação, o que se traduziu num elevado número de jovens em formação.

Foram também estabelecidos diversos contratos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) o que permitiu por um lado o acesso ao mercado de trabalho de alguns cidadãos desempregados e por outro, formação a desempregados de longa duração preparando-os para o mercado de trabalho.

Foi prosseguida a rentabilização da nossa capacidade instalada, com diversificação de serviços prestados à comunidade e aposta na sua qualidade.

A sustentabilidade financeira continuou a orientar a ação da Mesa Administrativa.

O Arquivo Geral da Instituição sofreu um grande impulso no seu tratamento arquivístico.

A ligação à doença Paramiloidose e à Associação Portuguesa de Paramiloidose, manteve-se, e mais uma vez, a celebração do dia Nacional da Luta contra a Paramiloidose, teve lugar nas nossas instalações,

Das principais realizações previstas no Plano de Ação para 2016, e para cada linha orientadora, o nível de execução foi o seguinte:

I – Requalificação da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Não foi possível proceder à requalificação da Estrutura Residencial, pois a inexistência linhas de financiamento bonificado nos Programas do Portugal 2020 e Norte 2020, e tendo em conta os elevados valores necessários à execução dessa obra, adiou-se a execução da mesma, aguardando-se uma oportunidade para o fazer.

II – Reabilitação do edifício da Igreja;

De igual modo, e tendo em conta que a Igreja não é um edifício facilmente classificável de interesse nacional, a sua recuperação através de programas destinados a edifícios de valor arquitetónico relevante, não é facilmente enquadrável.

III – Organização e implementação de um sistema geral de arquivo de documentação;

Procedeu-se à implementação do sistema sistemático de catalogação e arquivo da documentação geral, tendo sido tratada a documentação dos serviços de Recursos Humanos e Administrativo e Financeiro, estando a fazer-se já o tratamento da documentação do imobiliário e da Provedoria.

IV – Poupança de energia e investimento em energias renováveis:

Foi feito novo contrato no setor da energia elétrica, no âmbito do mercado ibérico de energia. Prosseguiu-se a substituição de lâmpadas convencionais e fluorescentes, nos locais de maior utilização da iluminação artificial, por lâmpadas LED. Foi feito um contrato bancário, com reembolso a 5 anos, para a montagem de 400 painéis solares fotovoltaicos, que entrou em funcionamento em meados do mês de setembro.

Apesar da constante subida do custo da eletricidade, no ano de 2016, houve uma redução nos custos de eletricidade na ordem de 3,4 %.

V – Promoção da qualidade dos serviços prestados;

Não foi ainda possível avançar para a certificação de qualidade EQUASS, por se entender que ainda não estão reunidas as condições internas para o fazer.

VI – Capacitação e qualificação dos trabalhadores;

Após vários anos de intensa formação dos trabalhadores, no ano de 2016 houve um abrandamento significativo da formação pois os programas financiados para a formação decresceram significativamente.

VII – Resposta às necessidades dos mais carenciados da sociedade local:

O apoio à população mais carenciada manteve-se, particularmente através do programa de emergência alimentar PEA, com um número de refeições fornecidas muito para além do número acordado com a Segurança Social, empréstimo de ajudas técnicas, incluindo camas hospitalares, e prestação de serviços diversos à população.

VIII – Alargamento do voluntariado à ERPI;

Foi alargado o voluntariado à ERPI, o que permitiu um maior apoio aos seus residentes.

IX – Diversificação das atividades no âmbito da saúde, na unidade de Medicina Física

O estabelecimento de um contrato com a ADVANCE CARE, gestora de diversos seguros de saúde, promovido pela UMP, permitiu diversificar os utilizadores do serviço.

X – Promoção de equilíbrio e sustentabilidade financeira.

Prosseguiu-se uma constante busca de novos fornecedores de produtos diversos.

Estabeleceu-se novos contratos para produtos de lavagem da cozinha e lavandaria, permitindo uma economia de 7,6% nos produtos de higiene.

RELATÓRIOS DOS PRINCIPAIS SERVIÇOS

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2016 a Misericórdia tinha ao seu serviço 239 trabalhadores, distribuídos pelas seguintes áreas funcionais:

Área Funcional	Nº de efetivos
Apoio Geral	180
Saúde	33
Serviços Administrativos	24
Culto	2
Total	239

Durante o ano de 2016 a Instituição teve uma média mensal de 240 trabalhadores (por conta de outrem) ao seu serviço. Em 2015 a média mensal de trabalhadores ao serviço tinha sido de 234.

Além destes trabalhadores, colaboravam com a Instituição, em 31 de Dezembro de 2016, vinte e nove profissionais em regime de prestação de serviços.

Estágios:

Durante o ano de 2016 foram estabelecidos protocolos de colaboração com várias Instituição de Ensino, com vista à realização de estágios curriculares, nomeadamente:

- Instituto Politécnico de Leiria – Terapia da Fala, Fisioterapia.
- Escola Superior de Estudos Industriais de de Gestão – Recursos Humanos;
- Escola Superior de Tecnologia do Porto – Terapia da Fala, Terapia Ocupacional;
- Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto – Educação Social;
- Escola Dr. Flávio Gonçalves – Animação Sociocultural;

- Escola Secundária Rocha Peixoto – Técnico Auxiliar de Saúde, Contabilidade;
- Escola Secundária Eça de Queirós – Multimédia;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional (cursos de formação EFA) - Técnico Auxiliar de Saúde; Agente em Geriatria; Cuidados de Saúde com FCT; Cozinheiro;

Promoção do emprego:

Ao abrigo de parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, foram desenvolvidos os seguintes projetos para a promoção do emprego:

Contrato Emprego-Inserção +:

- Fisioterapia – Ajudante Técnico de Fisioterapia – 1
- Lavandaria – 1
- Telefonista – 1

Contrato Emprego-Inserção

- Cozinha – 1
- Portaria / Vigilância – 2

Estágios Profissionais:

- Quatro estágios profissionais para licenciados à procura do primeiro ou de um novo emprego, nas áreas da psicologia, nutrição, serviço social e fisioterapia.
- Um estágio profissional na área da cozinha.
- Um estágio profissional na área da geriatria.

ÁREA SOCIAL

SERVIÇO DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL (SODP)

O Serviço de Ocupação e Desenvolvimento Pessoal (SODP) tem como principal eixo de ação o proporcionar a todos os utentes da Instituição um envelhecimento bem sucedido, satisfatório e ativo, tendo sempre em consideração que o envelhecimento é um percurso individual e como tal, distinto de pessoa para pessoa.

Assim, procuramos propor aos utentes atividades que lhes sejam significativas , indo ao encontro da diversidade de gostos e interesses de todos os nossos utentes.

As sessões realizadas nas diversas áreas, no ano de 2016, totalizaram 843 sessões , conforme a distribuição do quadro abaixo.

		Nº de sessões realizadas
ATIVIDADES	Atividades Desportivas	102
	Atividades Espirituais (Missa / Terço)	242
	Atividades Lúdico-recreativas	352
	Atividades Terapêuticas	29
	Saídas ao Exterior	118
	Formativas / Sensibilização	8

Das várias atividades realizadas, destacamos a Componente formativa e de sensibilização, que apesar de apresentar numero reduzido de sessões, é já um tipo de atividade que merece uma ótima adesão por parte dos nossos utentes, conscientes de que ser bem sucedido no envelhecimento é também ter mais acesso à informação. Merece destaque a preocupação com a frequência de realização de idas ao exterior, quer para o teatro/cinema ou apenas para ir até a um dos cafés da cidade, no sentido de mantermos a proximidade dos utentes institucionalizados, com a vida da sociedade e os seus hábitos e costumes.

De destacar no ano de 2016,

- a organização do Baile de Carnaval das instituições de solidariedade social do concelho
- a apresentação ao publico, no auditório municipal, da peça de teatro SOU EU SÓ
- a divulgação da atividade da Instituição na Feira Social da Trofa
- participação no projeto “MODA POR UMA CAUSA”
- Feira de Natal (venda de produtos manufaturados pelos utentes)

Sílvia Santos
Terapeuta Ocupacional

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS I

Lares de Nossa Senhora da Misericórdia e de Grandes Dependentes

Ao longo de 2015, reforçamos a nossa aposta na intervenção familiar nesta resposta social e simultaneamente promovemos melhor qualidade de vida dos residentes, pautando a nossa intervenção pelos seguintes princípios:

- Apoio técnico aos residentes e seus cuidadores, através de:
 - Intervenção na resolução de conflitos emergentes, diariamente;
 - Contactos com os familiares dos residentes, sempre que necessário;
 - Apoio inicial às pessoas idosas recentemente admitidas, visando a facilitação do processo de adaptação e integração no mesmo;
 - Atendimento presencial e/ou telefónico aos familiares dos residentes.

- Desenvolvimento de trabalho em parceria com os diferentes profissionais da equipa, por forma a traçar planos individuais personalizados e adequados à realidade e estado clínico dos residentes.
- Realização de reuniões periódicas com os trabalhadores, em ordem ao investimento na procura de melhorias e resolução de problemas, de forma a contribuir sempre com respostas cada vez mais eficientes e adequadas às novas problemáticas da população idosa;

Em relação às maiores dificuldades sentidas no funcionamento destas respostas sociais, assume-se como preocupante, o crescimento do grau de dependência funcional e gravidade clínica dos nossos residentes. Estes factos constituem um desafio, tanto ao nível das instalações físicas e meios técnicos de apoio, como um permanente investimento na formação de todos os elementos da equipa de trabalho, de forma a manter a qualidade e adequação dos cuidados prestados.

Novas admissões:

Lar Nossa Senhora da Misericórdia: 14 pessoas (5 homens e 9 mulheres);

Lar de Grandes Dependentes: 8 pessoas (1 homem e 7 mulheres);

Falecimentos

Lar Nossa Senhora da Misericórdia – 6 residentes (2 homens e 4 mulheres);

Lar de Grandes Dependentes: 14 residentes (2 homens e 12 mulheres);

Paula Bento Paulo
Diretora Técnica

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS II

Pensionato

Durante o ano de 2016, foram efetuadas, nesta valência, cinco novas admissões (4 mulheres e 1 homem) e doze internamentos temporários (individuais e de casal), tendo falecido 3 residentes (3 mulheres). De acrescentar, que 2 dos internamentos provisórios se tornaram posteriormente em definitivos.

Dos dados apresentados, é importante destacar o aumento considerável de internamentos temporários comparativamente com o ano de 2015 (7 internamentos).

Fazendo um balanço dos últimos anos, denota-se que o número de internamentos temporários no Pensionato tem aumentado, o que comprova a necessidade deste tipo de resposta na nossa sociedade.

O Pensionato tem possibilitado o internamento temporário, para descanso dos seus cuidadores, de forma a não descurarem a sua saúde física e mental, e para que possam realizar exames, tratamentos médicos e/ou ser submetidos a intervenções cirúrgicas.

Ao longo do ano de 2016, este tipo de internamento foi igualmente solicitado em situações de reabilitação pós-queda/pós-operatório (ex: fratura, prótese de anca), e em alguns casos em alternativa à rede de Cuidados Continuados, pois permitiu manter as pessoas em recuperação, próximo do seu local de residência, e no centro da cidade.

Em ambas as situações, descanso do cuidador ou reabilitação, os utentes dispõem de cuidados de saúde, de reabilitação (se necessário) e de apoio social, adequados à sua situação.

Relativamente aos residentes do Pensionato, mais de 50% residem na Instituição há mais de 5 anos, havendo muitos que já ultrapassaram os 10 anos (aproximadamente 33,3%).

A média de idade dos residentes do Pensionato é de 87 anos (87 anos no sexo feminino e 86 anos no sexo masculino), por isso encontram-se em declínio acelerado das suas capacidades cognitivas, crescente deterioração física e, conseqüentemente, dependentes e necessitados de cuidados a todos os níveis.

Tem sido promovida a socialização, sobretudo no caso de residentes sem retaguarda familiar e/ou com poucas visitas regulares, com integração nas atividades desenvolvidas na Instituição, indo de encontro aos seus gostos e preferências.

No ano de 2016, realizaram-se no Pensionato convívios intergeracionais periódicos com crianças do Colégio QI da Póvoa de Varzim e com a Escola de Música da Póvoa de Varzim (nomeadamente, no dia do Idoso, no dia da Terceira Idade, aniversário do Pensionato, convívio de Natal).

Filipa Quintas
Diretora Técnica

CENTRO DE DIA

O Centro de Dia é, cada vez mais, considerado uma resposta social por excelência dado que permite a permanência dos utentes no seu meio sócio-familiar, minimizando o risco de dependência e, conseqüente institucionalização. Do ponto de vista psicossocial, a integração dos utentes neste tipo de resposta contribui para a valorização pessoal, partilha de conhecimentos e experiências pessoais, proporcionando ainda durante o dia, a resolução de necessidades básicas pessoais, terapêuticas e socioculturais.

No que respeita à avaliação da atividade desta resposta social em 2016, verificamos um aumento no número de inscrições comparativamente com ano de 2015 (21 inscrições em 2015 e 29 inscrições em 2016). Foram efetivadas 21 admissões, sendo 8 do sexo masculino e 13 do sexo feminino.

O Centro de Dia apresenta capacidade para 60 utentes e assegura os seguintes serviços:

- Refeições diárias (Pequeno almoço, almoço, lanche e jantar);
- Higiene pessoal e cuidados de imagem;
- Atividades lúdicas;
- Acompanhamento psicossocial;
- Acompanhamento de enfermagem;
- Administração da medicação;
- Estimulação cognitiva e física;
- Apoio em tarefas quotidianas (aquisição de bens e serviços, pagamentos de mensalidades);

O Centro de Dia contribui para a melhoria da qualidade de vida dos utentes e suas famílias, prestando um conjunto de serviços adequados às suas necessidades e fomentando as relações interpessoais, de forma a evitar o isolamento social.

Paula Barbosa
Diretora Técnica

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD)

Em 2016 foram registadas 64 inscrições para esta resposta social, das quais 46 resultaram em admissões no serviço, de acordo com as vagas existentes. Dos 46 utentes admitidos, 27 são do sexo feminino e 19 do sexo masculino, mantendo-se a tendência dos anos anteriores no que respeita à predominância de pedidos do sexo feminino, possivelmente correlacionada com a maior longevidade das mulheres.

No que respeita à tipologia de serviços mais solicitada em 2016, verificamos que existiu uma maior incidência de pedidos ao nível da distribuição da refeição e prestação de cuidados de higiene pessoal.

Além dos serviços-base, como a higiene pessoal, higiene habitacional, tratamento de roupas e distribuição da refeição, a Instituição disponibilizou ainda um conjunto de serviços considerados essenciais para suprir as necessidades dos utentes sem retaguarda familiar e que se encontram em situação de isolamento social. Deste modo, foi garantido aos utentes o apoio na aquisição de bens e serviços, pagamento de mensalidades, transporte a consultas médicas e acompanhamento do utente ao Serviço de Urgência, sempre que necessário.

Pensando ainda no alargado leque de necessidades dos utentes do SAD manteve-se a existência de uma equipa de trabalho com horário até às 21h cujo objetivo é prestar os cuidados de higiene e conforto antes de deitar.

Paula Barbosa
Diretora Técnica

CENTRO DE ESTUDOS E APOIO À PARAMILOIDOSE (CEAP)

Desde o ano de 1990 que CEAP presta apoio aos doentes com Paramiloidose, suas famílias, e possíveis portadores.

Consultas Externa – efetuada pelo médico da Instituição, com o apoio de enfermagem, funciona à terça-feira de manhã e à sexta-feira, no período da tarde.

Apoio domiciliário – é um serviço global, que apoia os doentes a nível de cuidados de higiene pessoal, lavagem de roupa, alimentação, transporte a consultas, entre outros que se identifiquem como necessários.

Apoio Social – é o serviço mais procurado pelos doentes e familiares pelos mais variados motivos, nomeadamente para encaminhamento para consultas de Teste Pré-sintomático, de Diagnóstico Pré-Natal e de Diagnóstico Pré-Implantatório, bem como para requerimento de prestação de serviços.

Apoio Psicológico – apoio prestado pela Psicóloga aos doentes, possíveis portadores e familiares.

O CEAP, não dispõe de unidade de internamento mas tenta dar resposta aos doentes, através da Estrutura Residencial para idosos e encaminhamento para a Rede de Cuidados Continuados de forma a garantir o bem-estar dos doentes.

Dados relativos ao Ano 2016

Atividades	Total
Novos doentes inscritos	5
Encaminhamento para Aconselhamento Genético(Teste Preditivo)	5
Encaminhamento para diagnóstico pré implantório	1
Número Total de Doentes inscritos	506

Através do **Serviço de Apoio Domiciliário da Paramiloidose (SAD Paramiloidose)**, presta apoios diversos a 50 doentes, que vão desde a higiene pessoal e habitacional, lavagem de roupa, alimentação, serviço de refeições e apoio alimentar, apoio médico e de enfermagem, psicologia, fisioterapia, nutrição, acompanhamento social, transporte a consultas de especialidade e exames de diagnóstico.

Aos doentes inscritos no CEAP, e não apoiados pelo SAD Paramiloidose, são disponibilizados os seguintes serviços:

- **Consultas Externa** por médico da Instituição, com o apoio de enfermagem, funcionando à terça-feira de manhã e à sexta-feira à tarde.
- **Apoio Social**, o serviço mais procurado pelos doentes e familiares pelos mais variados motivos, nomeadamente para encaminhamento para consultas de Teste Pré-sintomático, de Diagnóstico Pré-Natal e de Diagnóstico Pré-Implantatório, bem como para requerimento de prestação de serviços.
- **Apoio Psicológico** aos doentes, possíveis portadores e familiares.

Laura Farinho
Assistente Social

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR (PEA):

Durante o ano 2016 manteve-se o acordo entre a Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim e o Instituto de Segurança Social para atribuição de 99 refeições diárias a famílias e indivíduos carenciados.

Assim como nos anos anteriores, o número de refeições foi largamente ultrapassado, sendo atribuída uma média de 140 refeições diárias, a agregados familiares da mais diversa natureza (famílias alargadas, famílias monoparentais, grávidas, indivíduos isolados e casais sem filhos).

A Santa Casa da Misericórdia, ao assumir o encargo com as restantes refeições não protocoladas, proporciona refeições quentes e equilibradas a indivíduos que, de outra forma não poderiam garantir a sua alimentação.

Laura Farinho
Assistente Social

ÁREA SAÚDE

ATIVIDADE DE ENFERMAGEM

O aumento da esperança média de vida, tem associado um aumento de dependência física e agravamento de estado de saúde, sendo frequente um aumento de doenças em idades mais avançadas.

Esta realidade é evidente em todas as valências da Instituição, mas tem sido mais notório nas Estruturas Residências da Instituição. Para além da dependência dos utentes, começa a ser frequente situações agudas de doença e de final de vida.

Perante esta realidade de dependência e doença e, com vista a satisfazer as necessidades de cuidados dos utentes, foi necessário um aumento do número de horas de Enfermagem, afetas às Estruturas Residenciais. Uma vez que é no turno da manhã que há um volume maior de intervenções e monitorizações a fazer, os Lares e Pensionato, passaram a contar com 3 Enfermeiros no turno da manhã. Na procura de uma continuidade de cuidados e de um acompanhamento personalizado, um destes elementos é Enfermeiro de referência destas mesmas valências (Lares e Pensionato).

A Equipa de Enfermagem é constituída por 20 Enfermeiros, em que um elemento desempenha as funções de Diretora Técnica e Enfermeira Responsável da Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação e outro elemento desempenha funções de Coordenadora de Enfermagem de toda a Instituição e Coordenadora do GCIRA (Grupo Coordenador Local de Prevenção e Controlo de Infeção e de Resistências aos Antimicrobianos).

Distribuição dos Enfermeiros por dia nas diferentes valências

Valência	Turno Manhã	Turno da Tarde		Turno da Noite
UCC Longa Duração e Manutenção	2 Enfermeiros	1 Enfermeiro	1 Enfermeiro que apoia as repostas sociais	1 Enfermeiro
Lar/Grandes Dependentes/Pensionato	3 Enfermeiros	1 Enfermeiro		
UCC Média Duração e Reabilitação	2 Enfermeiros	1 Enfermeiro		1 Enfermeiro
CEAP (Consulta externa)				
CEAP (Apoio Domiciliário)	Visitas domiciliárias de enfermagem realizadas mediante necessidades.			

Tabela 1: Número de Enfermeiros/ dia nas diferentes valências

Percentagem de horas de Enfermagem dispensadas por mês nas diferentes valências

<i>Valência</i>	<i>Percentagem de horas/ Mês</i>
UCC Longa Duração e Manutenção	24,00%
Lar de idosos	10,00%
Pensionato	10,00%
Grandes Dependentes	20,00%
Centro de Dia	1,00%
CEAP	2,00%
UCC Média Duração e Reabilitação	33,00%

Tabela 2: Percentagem de horas de Enfermagem/ Mês nas diferentes valências

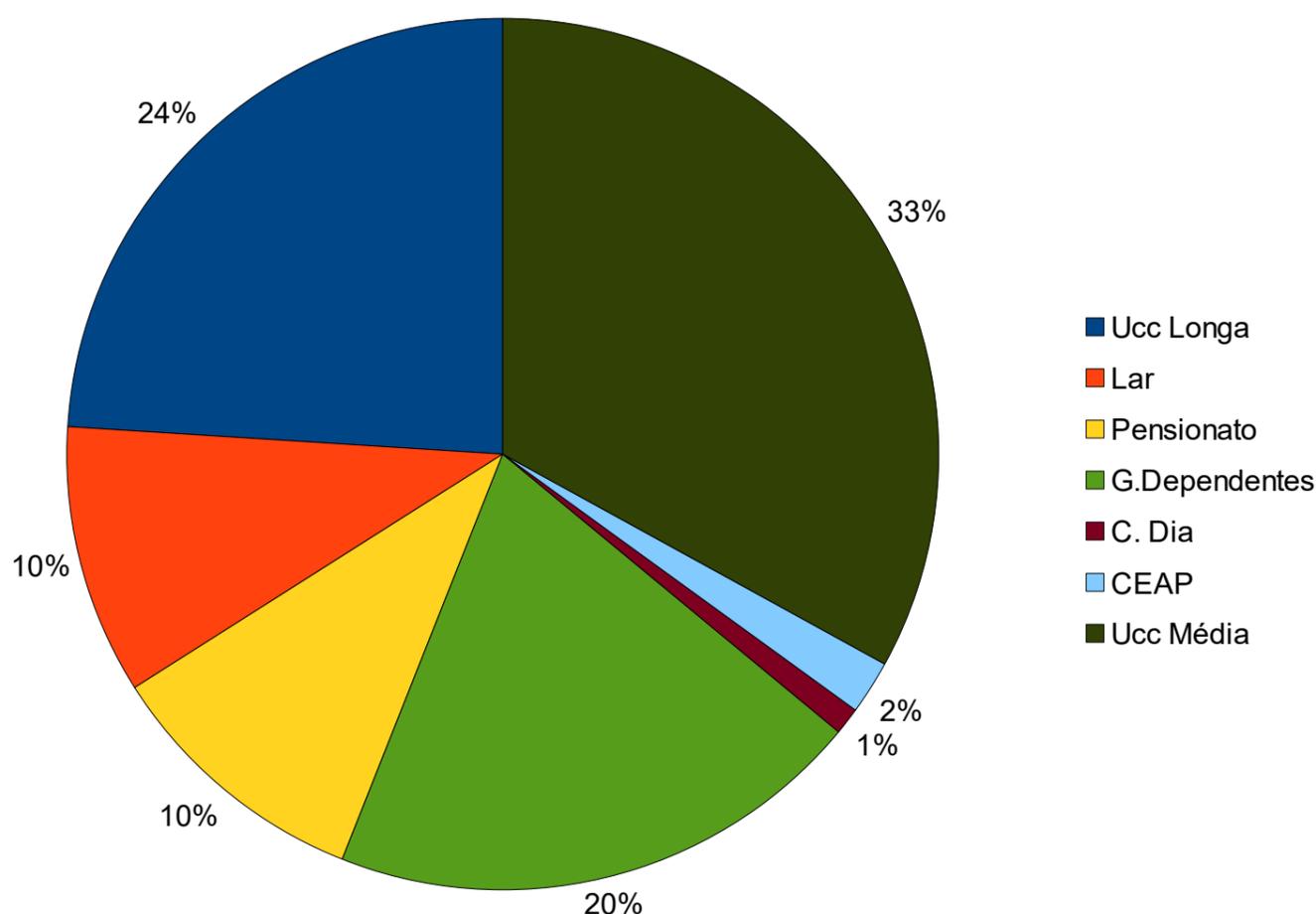


Gráfico 1: Percentagem de horas de Enfermagem/ mês nas diferentes valências

Atividades realizadas no âmbito do Controlo da Infeção

- **Campanha de sensibilização para a importância da higienização das mãos (janeiro/16):** esta campanha foi dirigida a colaboradores e visitas, através de uma sensibilização mais individualizada sobre higienização das mãos.
- **Dia Mundial da Higiene das Mãos e da Prevenção e Controlo da Infeção e Resistência aos Antibióticos (5 de maio de 2016):** campanha inserida na comemoração do dia Mundial da Higiene das Mãos e da Prevenção e Controlo da Infeção e Resistência aos Antibióticos e, tal como a campanha anterior, deu especial importância à lavagem e desinfeção das mãos, os seus momentos, técnica e importância e uso de luvas.

- **Vigilância epidemiológica:** foi dada continuidade ao trabalho do ano anterior, através do envio, à ARS, de dados relativos ao nº de infeções e tipo de microorganismos, nas Unidades de Cuidados Continuados e análise interna de indicadores.
- **Campanha de esclarecimento sobre gripe sazonal:** dirigida aos utentes, familiares e profissionais, consistiu na distribuição de panfletos informativos propostos pela Direção Geral de Saúde.

Plano de Contingência para as Temperaturas Extremas Adversas (PCTEA) – Módulos Calor e Frio

Tal como em anos anteriores e, seguindo as orientações da DGS no âmbito do PCTEA para a Unidade de Cuidados Continuados, foi elaborado em maio o Módulo Calor, para o período de 15 de maio a 30 de setembro e teve como finalidade preparar a Unidade, para responder de uma forma eficaz na vigilância e no tratamento de doentes com situações clínicas relacionadas ou agravadas com as ondas de calor, especialmente nos períodos de alerta amarelo ou vermelho, procurando minimizar os efeitos negativos do calor intenso.

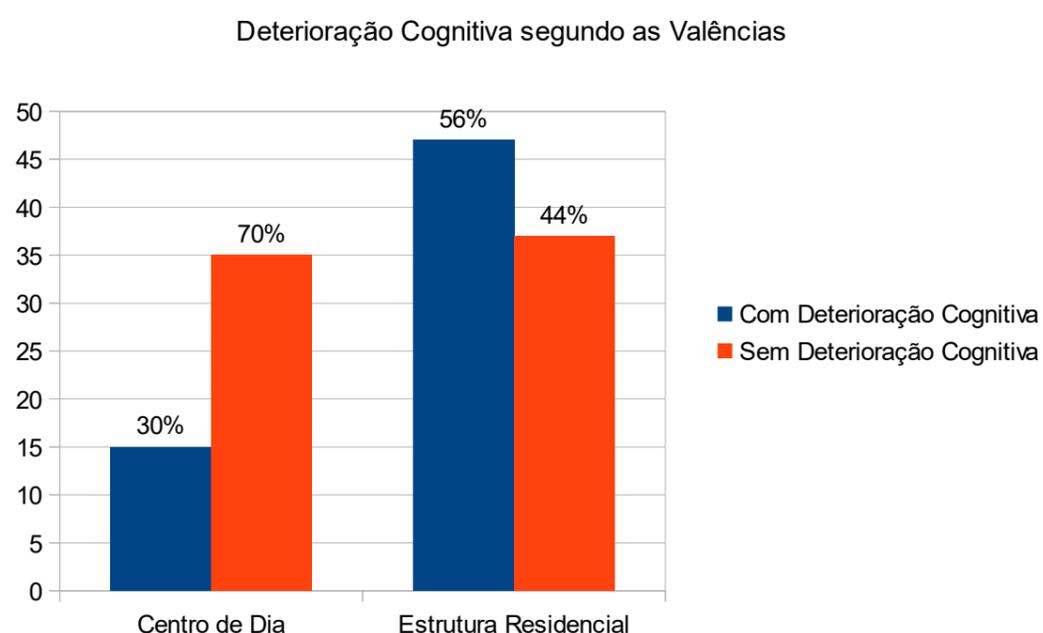
Para os meses de outono e inverno foi elaborado o *Módulo Inverno*, para o período 1 de novembro de 2016 a 31 de março de 2017, que definiu estratégias para minimizar os efeitos do frio, reduzindo a incidência e o impacto das infeções respiratórias na saúde dos doentes, incluindo a vacinação dos utentes, assim como dos trabalhadores que mais de perto lidam com os utentes.

Ana Isabel Malta

Enfermeira Coordenadora

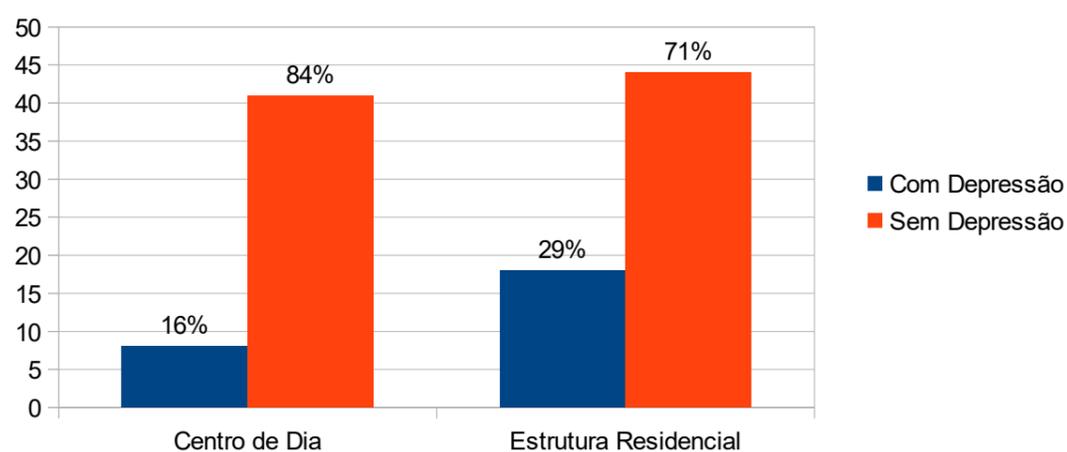
SERVIÇO DE PSICOLOGIA

Ao longo do ano de 2016 o serviço de psicologia teve como principais intervenções no Centro de Dia e Estrutura Residencial:



- Avaliações iniciais aos utentes aquando da sua admissão na instituição;
- Acompanhamentos Psicológicos em diversas problemáticas;
- Estudo de avaliação do estado cognitivo e emocional de todos os utentes através da aplicação do teste de rastreio cognitivo Mini Mental State Examination e da Escala de Depressão Geriátrica.

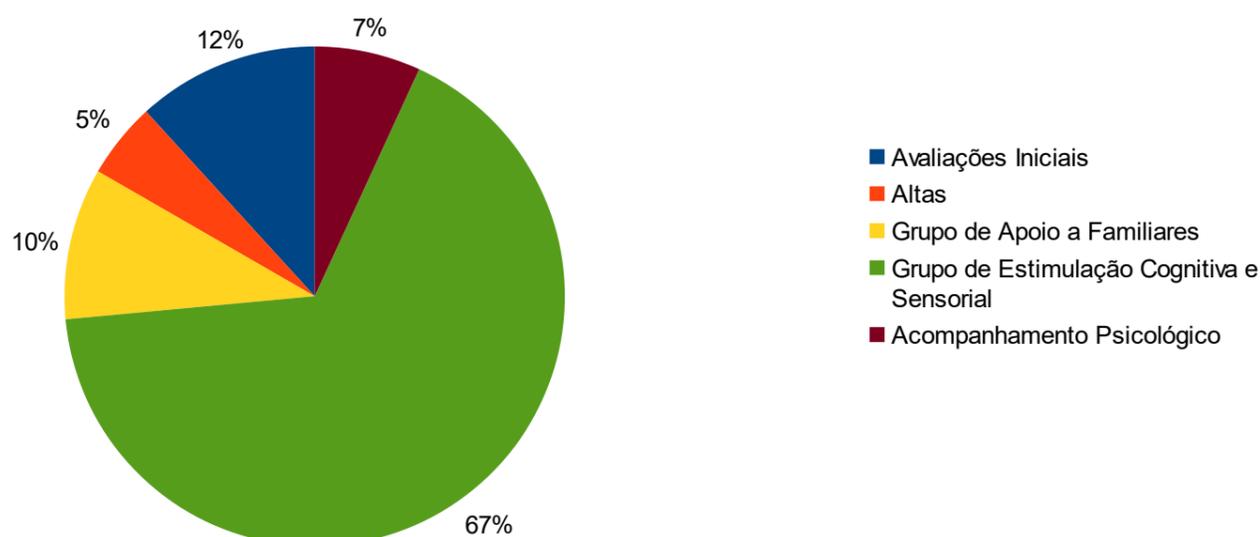
Incidência da Depressão segundo as valências



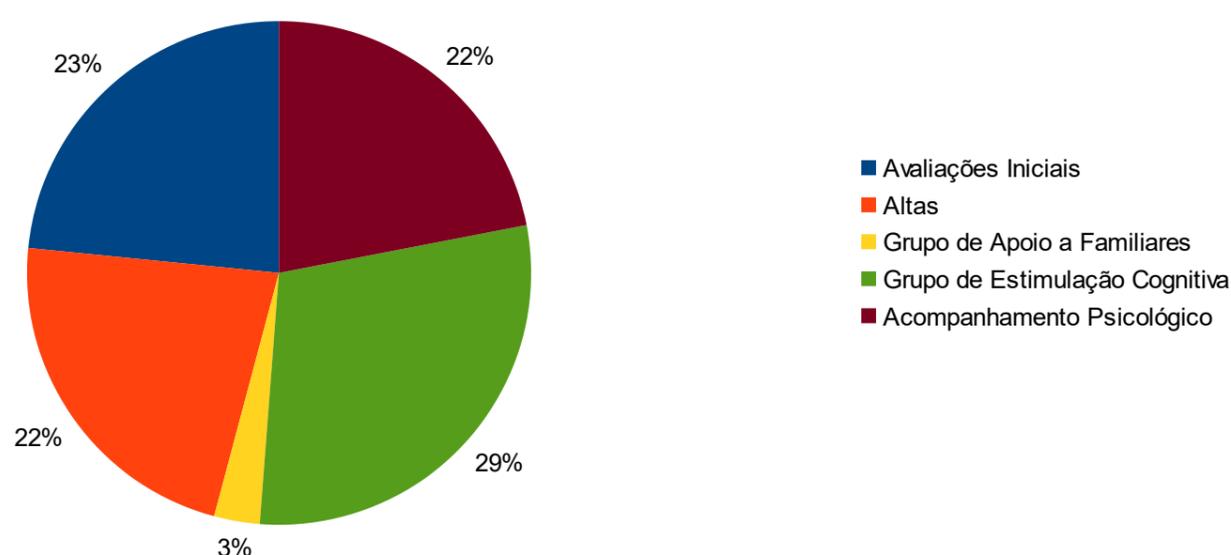
Desta avaliação foi possível concluir que na Estrutura Residencial, é maior a percentagem de utentes com deterioração cognitiva do que no Centro de Dia. Em ambas as respostas sociais, a maior parte dos utentes não apresenta sintomatologia depressiva.

Nas Unidades de Cuidados Continuados, as principais intervenções do serviço de psicologia são apresentadas nos seguintes gráficos.

Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção



Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação



¹ avaliações iniciais – utentes admitidos no ano de 2016

² altas – utentes que tiveram alta da unidade (e foi elaborada carta de alta) durante o ano de 2016, tendo o utente sido admitido nesse ano ou em anos anteriores.

³ os acompanhamentos psicológicos – estão contabilizados por pessoa, não por consulta.

*outras atividades – reuniões multidisciplinares, conferências familiares e registos

Vânia Coelho
Psicóloga CP 11188

UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS

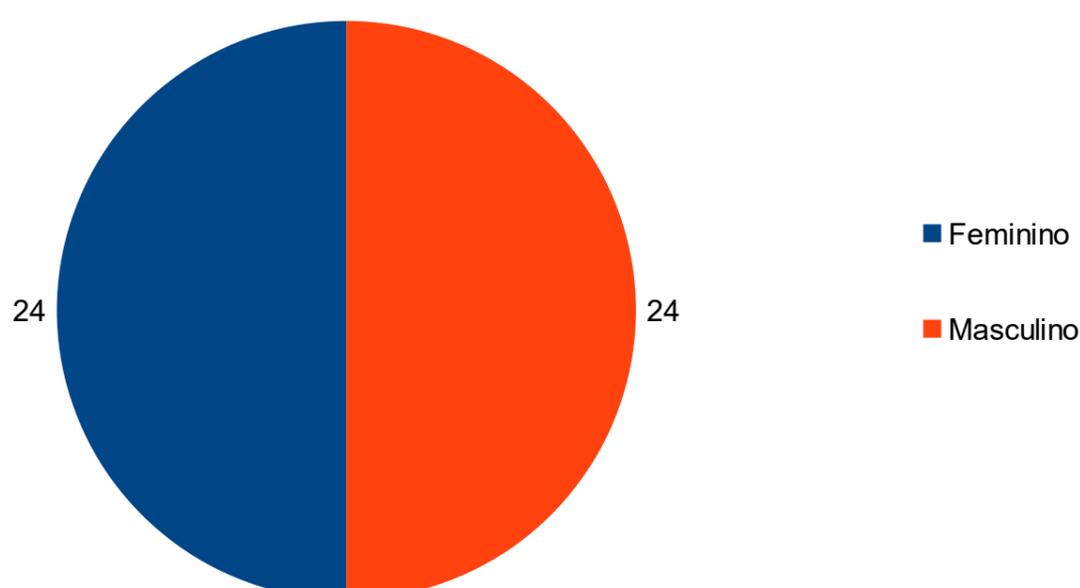
Média Duração e Reabilitação (MDR) e Longa Duração Manutenção (LDM)

A Santa Casa da Misericórdia tem em funcionamento duas tipologias: Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção, com capacidade respetivamente para 21 e 27 doentes.

A unidade de Média Duração e Reabilitação, destina-se a utentes que na sequência de doença aguda ou reagudização de doença crónica, apresentem perda de funcionalidade, careçam de continuidade de cuidados de saúde, reabilitação funcional e apoio social e que pela sua complexidade ou duração, não possam ser assegurados no domicílio, com previsibilidade de ganhos funcionais atingíveis até 90 dias consecutivos, e que requeiram cuidados médicos diários e de enfermagem permanentes e reabilitação funcional.

Nesta tipologia foram admitidos 48 utentes no ano de 2016 -24 do sexo feminino e 24 do sexo masculino, como se pode verificar no gráfico 1.

Género dos utentes admitidos na UCCMDR no ano de 2016

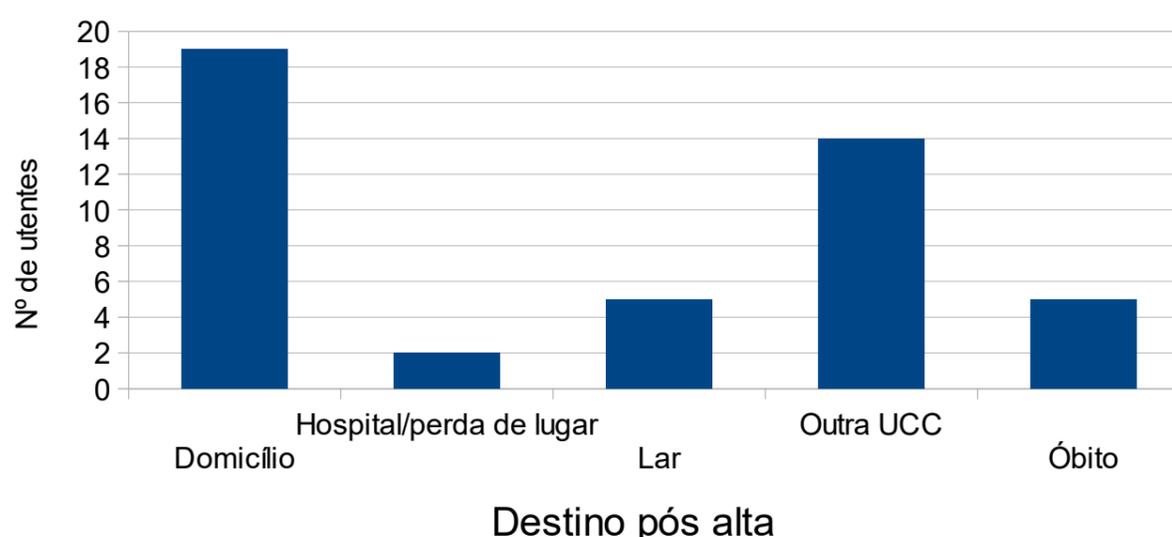


Os diagnósticos de admissão mais frequente são os do foro cerebrovascular (21 utentes) e os do foro ortopédico (7 utentes).

O número de altas efetuadas foi de 45, sendo que 19 utentes regressaram as suas casas por atingimento dos objetivos, 14 utentes foram transferidos para outras unidades da rede (por mudança de tipologia ou aproximação à área de residência) e 5 utentes tiveram alta para ERPI. Para além disso, 2 utentes perderam reserva de vaga após serem transferidos para o Hospital de Agudos por agudização do seu estado clínico e registaram-se 5 óbitos na unidade (ver gráfico nº 2).

De realçar que transitaram do ano de 2015 para o ano de 2016, 5 utentes, aos quais ainda não foi possível efetivar alta, devido a falta de retaguarda familiar efetiva, e de ausência de vaga em ERPI, apesar de todas as diligências efetuadas.

Destino pós alta dos utentes da UCCMDR no ano de 2016



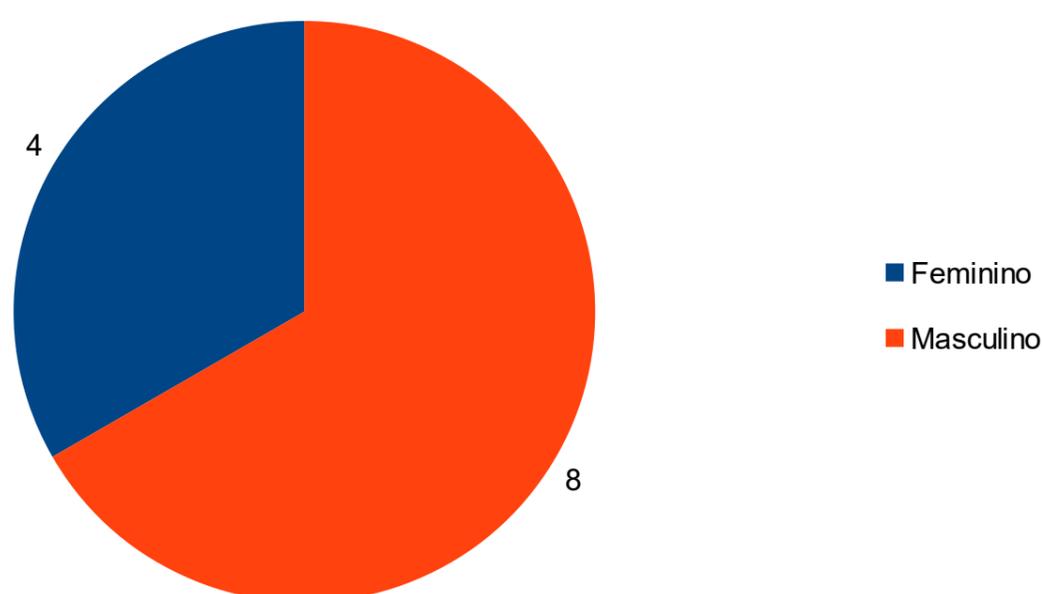
A unidade de Longa Duração e Manutenção é dirigida a pessoas com doenças ou processo crónicos, com diferentes níveis de dependência, que necessitam de cuidados clínicos de manutenção e apoio social, conducentes à reabilitação integral e /ou à prevenção e retardamento da situação de dependência.

Entraram no ano de 2016, 12 doentes e transitaram do ano 2015, 27 utentes, o que perfaz um total de 39 doentes atendidos.

No gráfico 3 podemos verificar o número de utentes admitidos e tal como no ano anterior constata-se a existência de um maior número de doentes do sexo masculino.

Os principais diagnósticos na admissão são os do foro cerebrovascular (6 utentes), neoplasias (3 utentes) e úlcera crónica da pele (3 utentes).

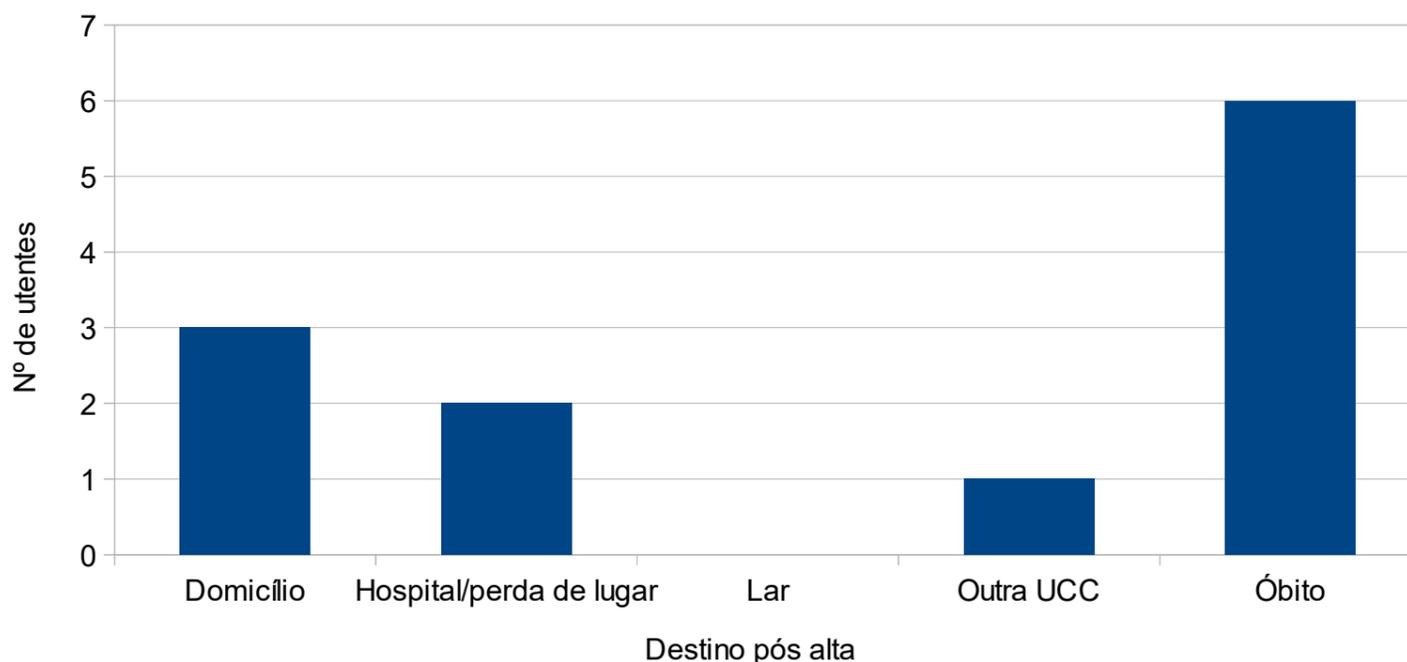
Género dos utentes admitidos na UCCLDM no ano de 2016



Constata-se, que nesta unidade de Longa Duração o tempo médio de internamento por doente é de 900 dias. Tal deve-se ao facto de permanecerem na Unidade doentes admitidos em anos anteriores, quer por continuarem a necessitar dos cuidados clínicos e de reabilitação quer por aguardarem uma resposta social capaz de garantir a continuidade dos cuidados após alta da unidade.

No que concerne às altas da Unidade, de acordo com a leitura do gráfico n.º 4, verifica-se que 6 doentes faleceram na unidade, 1 doente foi transferido para aproximação da área de residência, 2 doentes foram transferidos para hospital de agudos, por agudização do estado de saúde, e 3 tiveram alta por terem sido atingidos os objetivos do internamento.

Destino pós alta dos utentes da UCCLDM no ano de 2016



A taxa de ocupação da Unidade no decorrer deste ano foi superior a 89% o que contribuiu para uma otimização do funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados.

No ano de 2016 investiu-se na remodelação da sala de convívio, que tem contribuído para a uma maior interação entre os doentes internados, prevenindo assim a saturação do internamento.

Ilda Moreira
Francisca Loureiro
Diretoras Técnicas

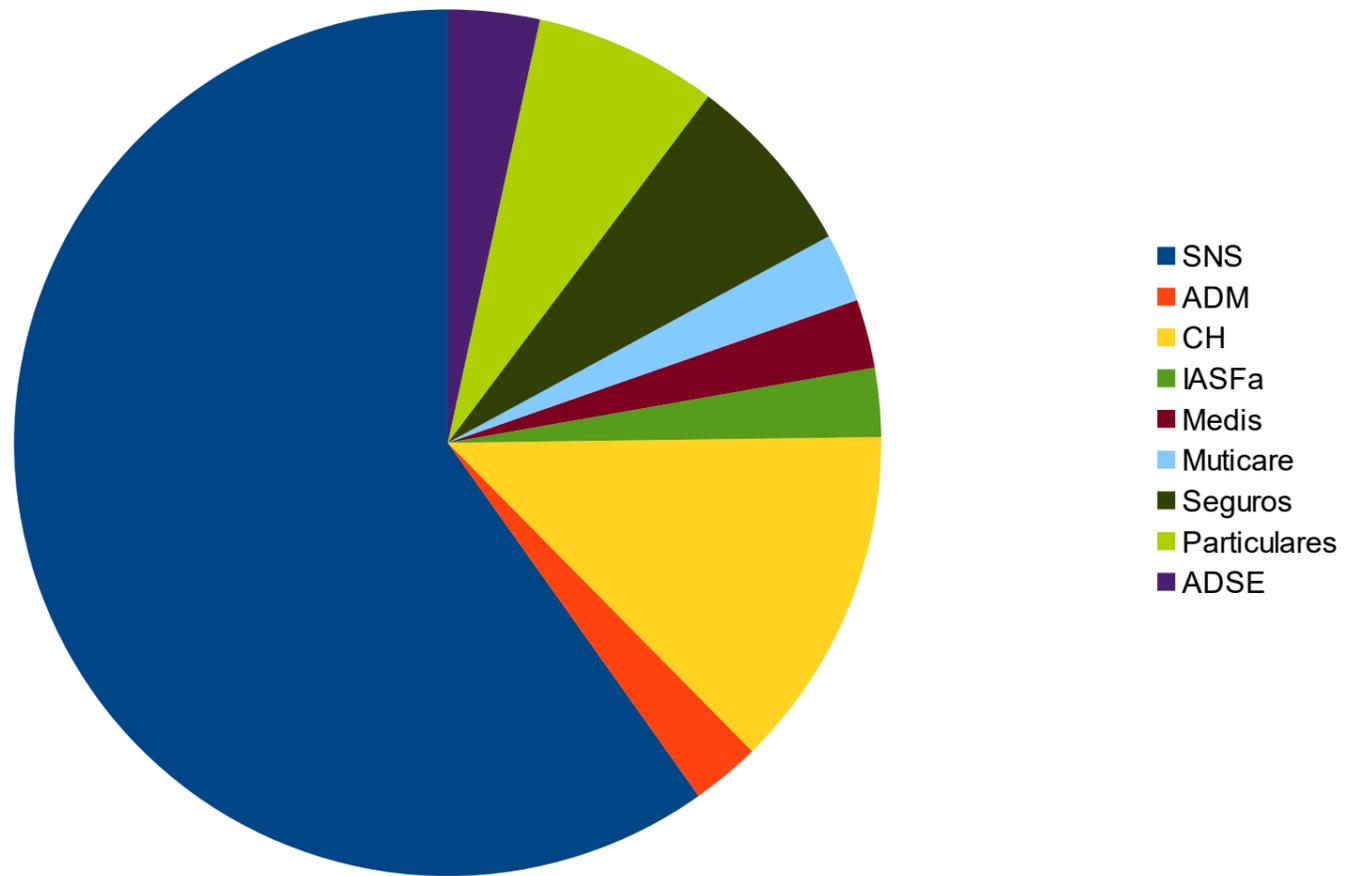
SERVIÇO DE FISIATRIA

A Misericórdia tem no âmbito deste serviço, protocolos com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), diversos sub-sistemas de saúde e seguros de saúde.

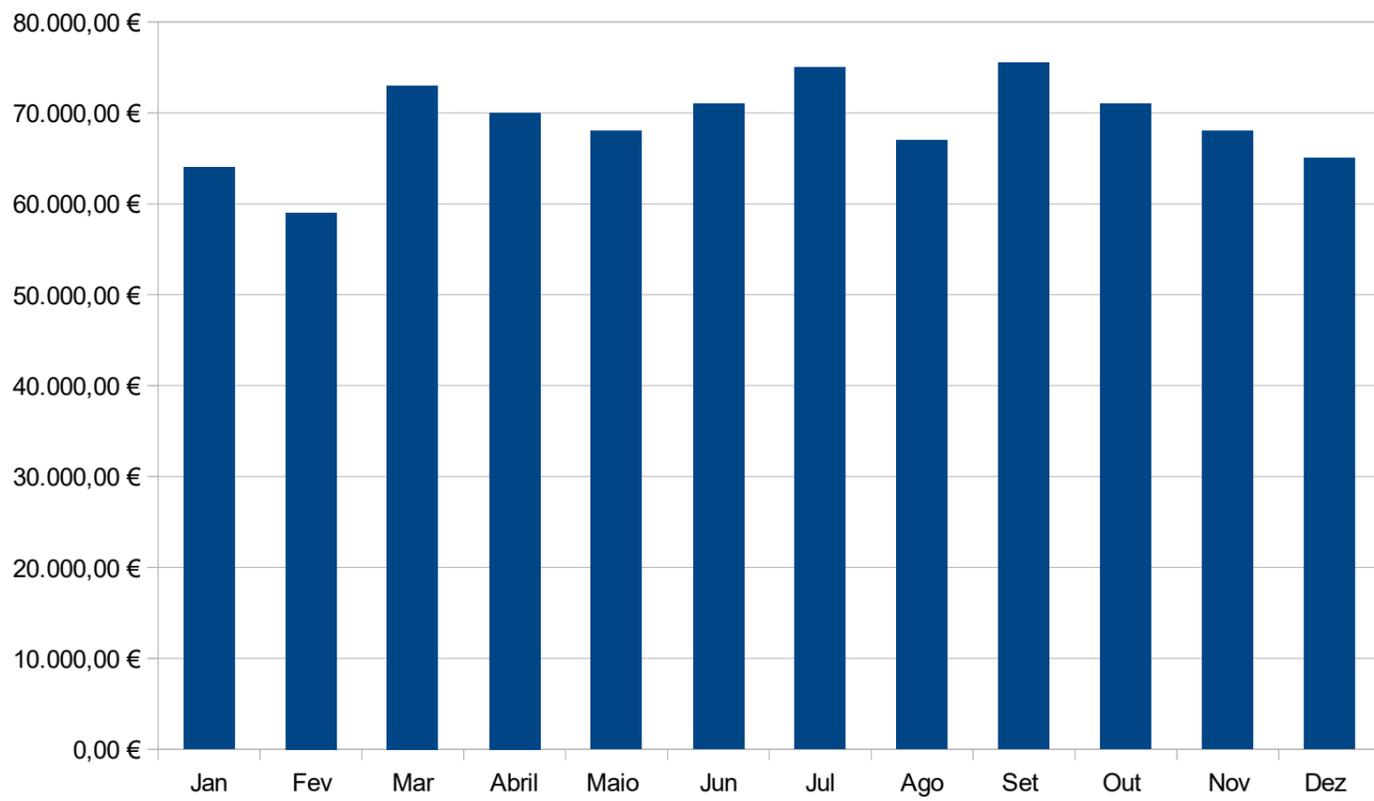
Presta ainda cuidados aos residentes das estruturas residenciais (lares e pensionato), doentes referenciados no Centro de Estudos e Apoio à Paramiloidose, e doentes de Cuidados Continuados.

Neste serviço os doentes beneficiam de cuidados individualizados prestados por uma equipa técnica coordenada por uma Técnica de Diagnóstico e Terapêutica, com 2 Médicos Fisiatras, 11 Fisioterapeutas, 2 Terapeutas Ocupacionais e 8 da Fala e 2 Auxiliares Técnicos de Fisioterapia.

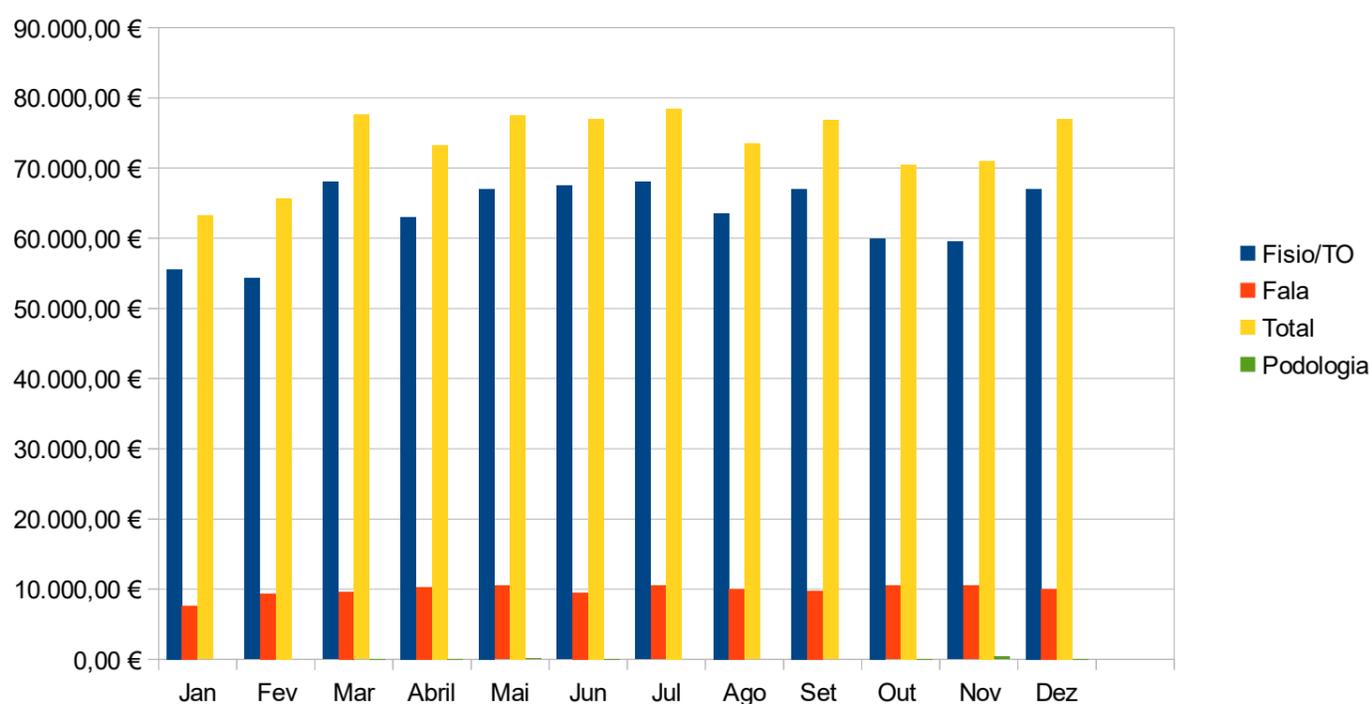
Tratamentos realizados através dos diferentes Sistemas e Seguros de Saúde



Resumo de Faturação de 2015
Valores em euros



Resumo da Faturação de 2016



Se compararmos a faturação do ano de 2016, com a do ano anterior, verifica-se um ligeiro aumento, mas pouco significativo. Ao nível de utentes novos que procuram o nosso serviço foram 833, não muito diferente do ano anterior (841). Podendo concluir-se que os utentes que tínhamos mantiveram -se, tivemos mais manutenções, continuações de tratamentos, menos altas.

Houve um aumento da atividade de terapia da fala, fisioterapia, terapia ocupacional pelo SNS, pilates e podologia em particulares, mas um decréscimo do serviço prestado ao Centro Hospitalar Póvoa-Vila do Conde, o que se traduziu em pouca variação da faturação. É de salientar que os gráficos de faturação quer no ano 2015 quer 2016 tem idêntico andamento, isto é, os meses que em que diminui ou aumenta a atividade, são os mesmos.

O número total de trabalhadores e colaboradores manteve-se, exceto na terapia da fala que em que houve novos colaboradores em Novembro de 2016.

Carla Costa
Coordenadora

Conclusão:

Este foi o enquadramento externo e interno, em que se desenvolveu a atividade da Misericórdia no decorrer no ano de 2016.

Tinha-se realizado um orçamento cauteloso, em virtude da impossibilidade de prever a evolução de alguns fatores que poderiam influir negativamente, quer nas despesas, quer nas receitas, o que permitiu, através de um controlo rigoroso das despesas, face à evolução das receitas, cumprir os compromissos da Instituição e aumentar o seu ativo.

O rigor da política de gestão, traduziu-se no equilíbrio financeiro, refletido nos resultados positivos de exploração.

A Mesa Administrativa

VALÊNCIAS

A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim dispõe das Valências abaixo referidas, para além dos diversos equipamentos de apoio necessários ao bom funcionamento da Instituição.

EQUIPAMENTOS ABRANGIDOS	Nº UTENTES/ RESIDENTES	ÁREA	VALÊNCIA
Na sede	50	Família	CEAP (inclui Apoio Domiciliário)
Na sede	85	Terceira Idade	Apoio Domiciliário Idosos
Na sede	57	Terceira Idade	ERPI I - Lar Nossa Sra. da Misericórdia
Na sede	45	Terceira Idade	ERPI I - Lar de Grandes Dependentes
Na sede	37	Terceira Idade	ERPI II - Pensionato
Na sede	60	Terceira Idade	Centro Dia
Na sede		Família	Programa Emergência Alimentar (PEA)
Na sede	27	Saúde	Unidade Cuidados Continuados -LD
Na sede	21	Saúde	Unidade Cuidados Continuados -MD
Na sede	-	Saúde	Centro de Medicina Física e de Reabilitação

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Análise Económico-Financeira

A atividade desenvolvida no ano 2016 está expressa nas demonstrações financeiras agora apresentadas na Prestação das Contas. O desempenho da Misericórdia está espelhada nos valores da Conta de Demonstração de Resultados do período que atingiu o total de rendimentos e ganhos de 5.136.953,90 euros e o total de gastos e perdas de 4.990.038,28 euros, sendo o resultado líquido do período de 146.915,62 euros. Os valores atrás referidos representam respetivamente uma redução cerca de 0,3% e um aumento cerca de 1,1% em relação ao período anterior e em relação ao orçamento os gastos mantiveram-se idênticos enquanto, os rendimentos efetivos cresceram mais que o previsto. Na análise das rubricas mais significativas na estrutura de gastos e perdas estão os genericamente designados por consumíveis constituídos por bens alimentares e outros produtos não alimentares de consumo corrente; as despesas (FSE) formadas por três grandes rubricas, onde se destaca os “serviços especializados” com relevância nos honorários, trabalhos especializados e nas conservações e reparações; por último os gastos com o pessoal, com cerca de 59,3% dos “custos” totais da instituição. Na análise da estrutura de rendimentos e ganhos, as rubricas mais significativas são as prestações de serviços (mensalidades utentes, a faturação dos cuidados continuados e da fisioterapia); às participações recebidas do CDSS Porto pelos serviços protocolados na área social e ainda outros rendimentos eventuais como do IEFP e Fundo Turismo; por último, os designados “Outros Rendimentos e Ganhos”, como os direitos de ocupação, os donativos, rendas e ainda a recuperação de 50% IVA e consignação de 0,5% IRS pessoas singulares. Nesta rubrica estão reconhecidos como contrapartida os valores dos subsídios de alimentação em espécie do pessoal e os subsídios de investimento em função das respetivas depreciações. A situação patrimonial e financeira em 31/12/2016 está representada no respetivo Balanço, em que o total do ativo é de 13.431.740,75 euros; o total do passivo è de 1.437.672,52 euros e o total de fundos patrimoniais, incluindo o resultado, é de 11.994.068,23 euros. O ativo não corrente teve um acréscimo pelo investimento 350.497,02 euros que superou em 1,5% as depreciações em relação ao valor total; o ativo corrente cresceu cerca de 3,7%, com maior peso nos créditos a receber. Quanto ao passivo, o não corrente aumentou através dos financiamentos obtidos, como meio de financiar obras urgentes e aguardam compensação financeira; o passivo corrente teve um acréscimo cerca de 4,8% pelo peso dos encargos com a segurança social e o IRS de dezembro a pagar no janeiro seguinte e do acréscimo do crédito dos fornecedores que pode acontecer no fim do ano.

Finalmente, dá-se a conhecer a posição dos principais indicadores financeiros da Misericórdia no fim do período em apreciação: “EBITDA” - 339.211,40€; Resultados Operacionais – 162.762,92€; e CASH-FLOW – 323.364,10€; Caixa e seus equivalentes no fim do período – 161.167,64€.

José Loureiro dos Santos, Econ./CC da Instituição

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2016

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS	NOTAS	ANO2016	ANO2015
Vendas e serviços prestados	P10 e Pg33	3.309.010,59	3.188.869,57
Subsídios, Doações e Legados à exploração	P12 e Pg33	1.224.049,01	1.240.350,23
ISS, IP - Centros distritais		1.094.629,37	1.075.898,25
Outros		129.419,64	164.451,98
Varição nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	P18 e Pg37m)	-719.827,06	-699.117,05
Fornecimentos e serviços externos	P18g) e Pg36g)	-1.094.617,01	-1.066.065,43
Gastos com pessoal	P16 e Pg34	-2.956.855,42	-2.909.598,39
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos	P18 e Pg36h)	602.527,27	722.214,35
Outros gastos	Pg30 Conta68	-25.075,98	-28.318,15
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		339.211,40	448.335,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	P18 e Pg38o)	-176.448,48	-207.177,06
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		162.762,92	241.158,07
Juros e rendimentos similares obtidos	P18 e Pg36j)	1.367,03	820,87
Juros e gastos similares suportados		-17.214,33	-23.324,70
Resultado antes de impostos		146.915,62	218.654,24
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		146.915,62	218.654,24

Aprovado em reunião de Mesa Administrativa em 08/03/2017

(valores em euros)

A Mesa Administrativa

O Provedor

(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

O Tesoureiro

(Virgílio da Silva Fernandes)

O Contabilista Certificado

(José Loureiro dos Santos)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Balanço de 31 de Dezembro de 2016

ACTIVO NÃO CORRENTE		12.422.647,48	12.245.840,39
Ativos fixos tangíveis	P18 e Pg37n)	12.397.649,26	12.218.379,12
Bens do Património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	P18 e Pg37n)	7.310,50	12.532,10
Investimentos Financeiros		17.687,72	14.929,17
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
ACTIVO CORRENTE		1.009.093,27	972.625,11
Inventários		46.234,07	42.933,12
Créditos a receber	P18 e Pg35c)	649.761,01	586.778,42
Estado e outros entes públicos	P17 e 3.2d) e Pg34	24.034,77	22.435,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0,00	0,00
Diferimentos		20.649,01	20.090,66
Outros ativos correntes	P18 e Pg35d)	107.246,77	95.328,94
Caixa e depósitos bancários	P18 e 3.2c) e Pg35	161.167,64	205.058,28
TOTAL DO ACTIVO		13.431.740,75	13.218.465,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS	P18 e 3.2e) e Pg35		
Fundos		55.969,82	55.969,82
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		2.447.804,47	2.229.150,23
Excedentes de revalorização		6.608.392,56	6.608.392,56
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		2.734.985,76	2.833.228,20
Resultado líquido do período		146.915,62	218.654,24
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		11.994.068,23	11.945.395,05
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE		623.047,10	495.934,52
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	P15	623.047,10	495.934,52
Outras dividas a pagar		0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE		814.625,42	777.135,93
Fornecedores	P18 e Pg36e)	271.133,58	238.008,74
Estado e outros entes públicos	P17 e 3.2d) e Pg34	138.462,17	133.901,86
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	P18 e Pg36f)	405.029,67	405.225,33
TOTAL DO PASSIVO		1.437.672,52	1.273.070,45
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		13.431.740,75	13.218.465,50

Aprovado em reunião de Mesa Administrativa em 08/03/2017

(valores em euros)

A Mesa Administrativa

O Provedor

(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

O Tesoureiro

(Virgílio da Silva Fernandes)

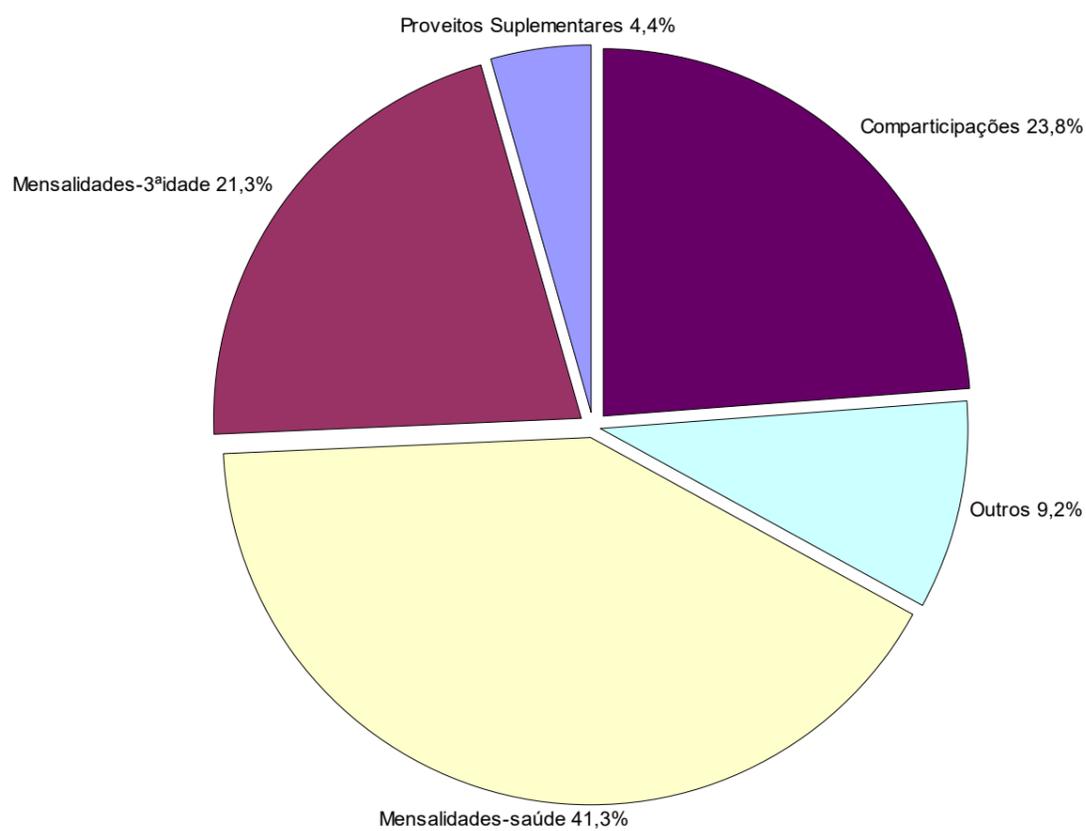
O Contabilista Certificado

(José Loureiro dos Santos)

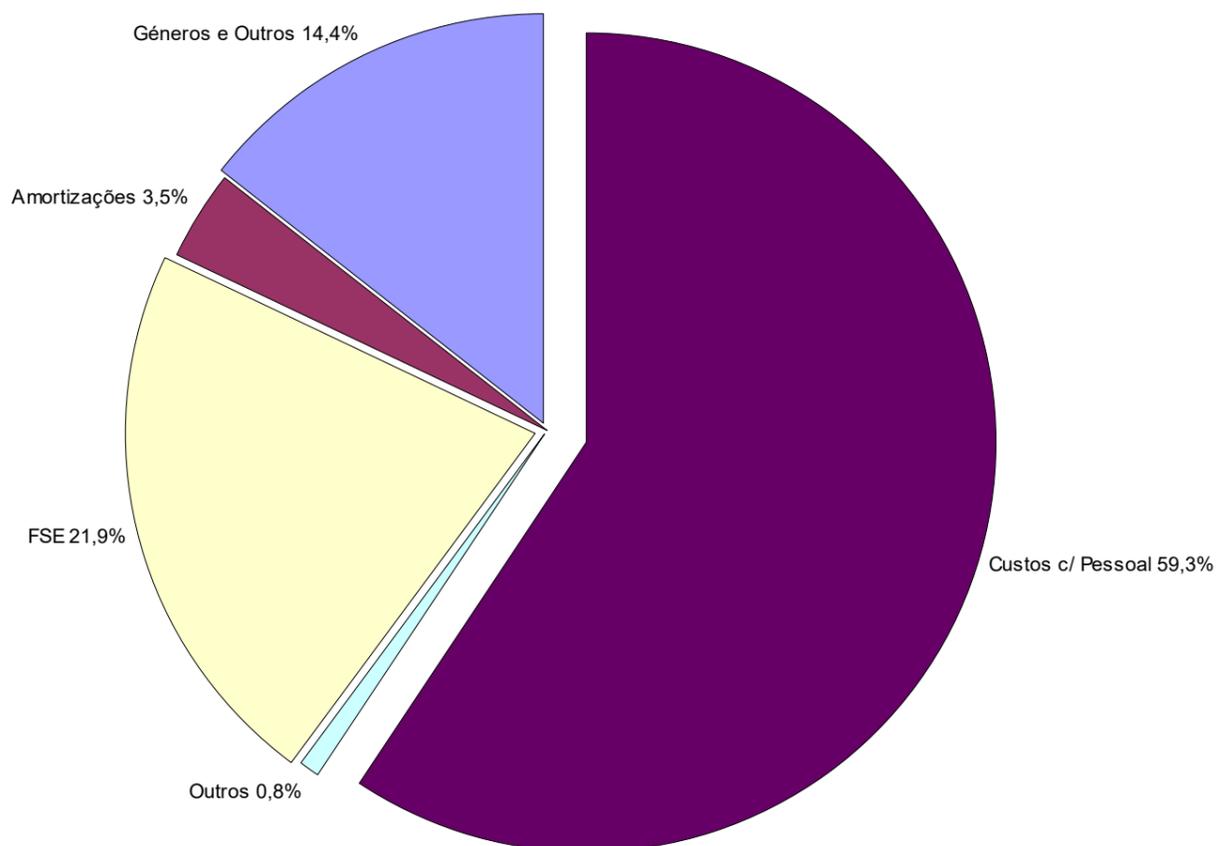
Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2016

RUBRICAS	ANO 2016	ANO 2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto		
Recebimentos de clientes e utentes	4.397.074,47	4.349.004,30
Pagamentos de subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de apoios	0,00	0,00
Pagamentos de bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	-1.295.042,74	-1.307.093,41
Pagamentos ao pessoal	-3.347.144,51	-3.219.676,61
Caixa gerada pelas operações	-245.112,78	-177.765,72
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-2.915,37	-2.318,08
Outros recebimentos/pagamentos	431.049,25	415.201,13
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	183.021,10	235.117,33
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-350.497,02	-325.390,56
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	13.687,03	287,78
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-336.809,99	-325.102,78
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	145.000,00	350.000,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-17.887,42	-224.065,48
Juros e gastos similares suportados	-17.214,33	-28.909,65
Dividendos		
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	109.898,25	97.024,87
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-43.890,64	7.039,42
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	205.058,28	198.018,86
Caixa e seus equivalentes no fim do período	161.167,64	205.058,28

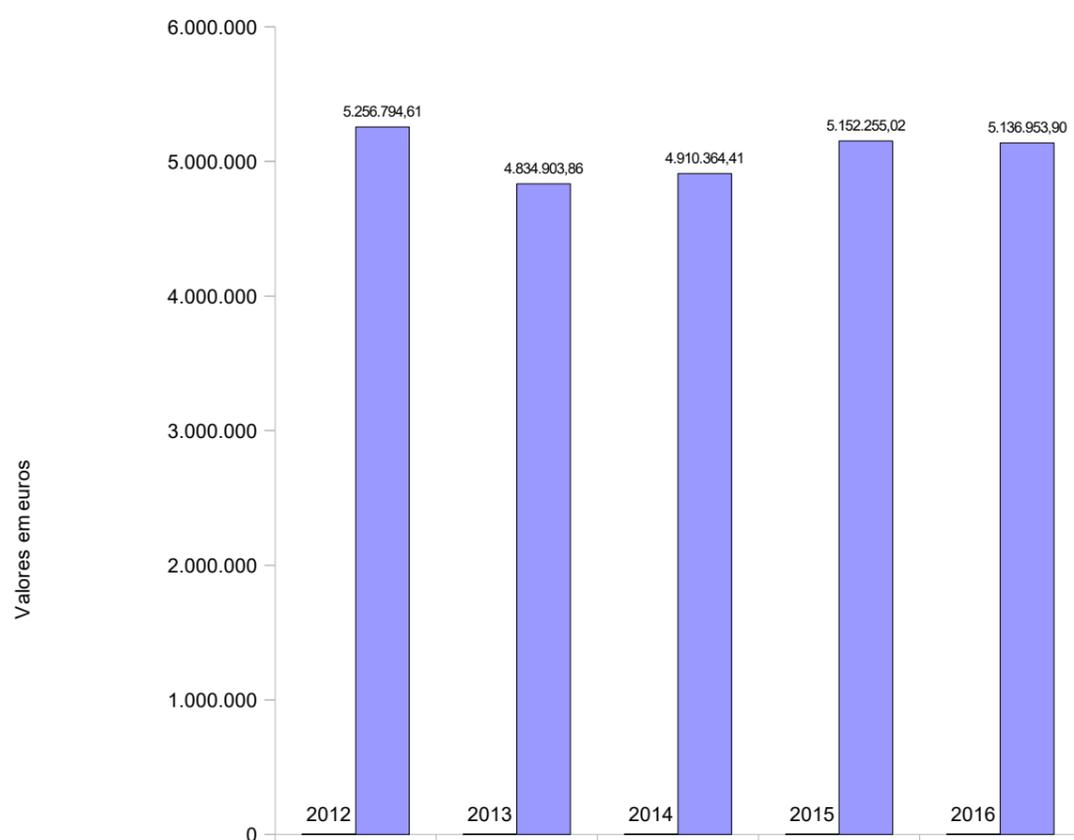
Rendimentos e ganhos



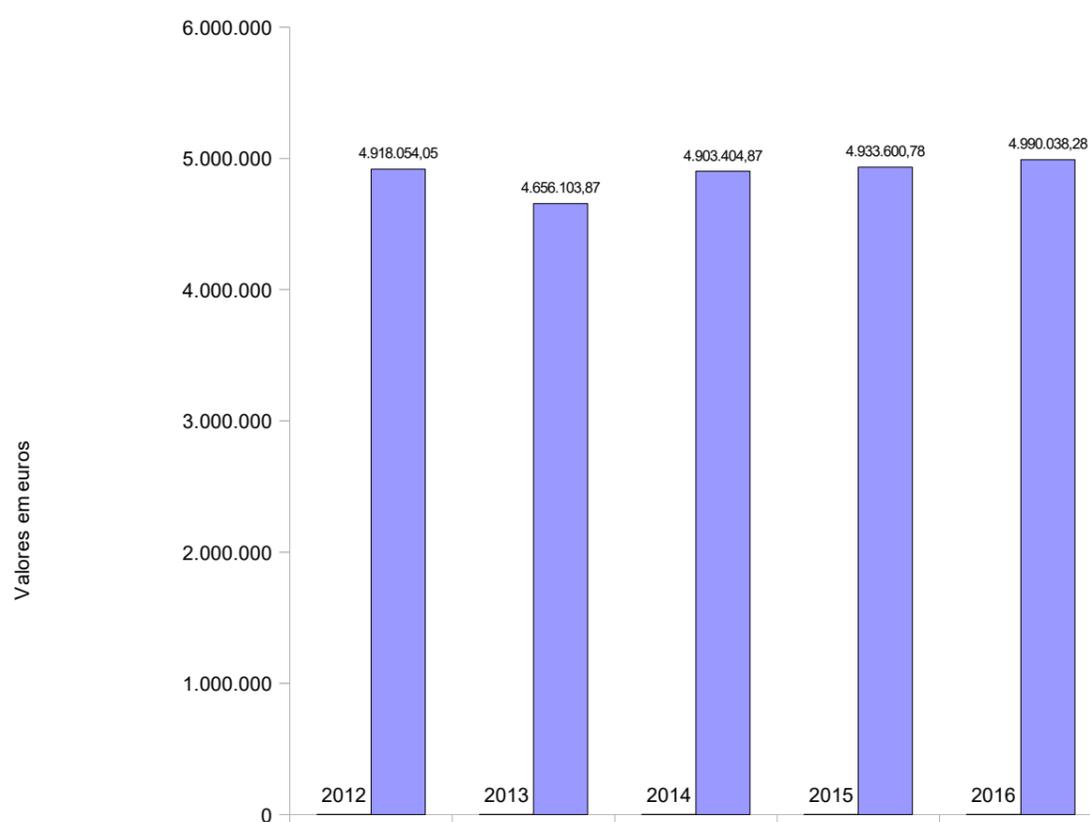
Gastos e perdas



Evolução dos rendimentos e ganhos



Evolução dos gastos e perdas



Observando os gráficos, podemos verificar que neste exercício, os rendimentos e ganhos tiveram um crescimento mais acentuado que os gastos e perdas, mas a um ritmo menor que no exercício anterior. O resultado final do exercício foi de 146.915,62 euros.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2016

1. Identificação da entidade

1.1. Designação

Irmandade, fundada no ano de 1756, denominada Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, constituída na ordem jurídica canónica, com personalidade jurídica civil e é reconhecida como instituição privada de solidariedade social. Tem sede no Largo da Misericórdia, s/n, 4490-421 Póvoa de Varzim.

1.2. Natureza da atividade

Tem como atividade principal o apoio social a pessoas idosas, com ou sem alojamento e apoio na área da saúde, com ou sem internamento. Prática do culto católico na Igreja de que é proprietária.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº36-A/2011 de 9 de Março; pelas Portarias nº105/2011 e 106/2011 de 14 de Março e Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de Junho e pelo Aviso nº8259/2015 de 29 de Julho.

A mensuração utilizada nas demonstrações financeiras está expressa em euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições das NCRF-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados que questionem a imagem verdadeira e apropriada das contas da entidade.

Não se verificaram quaisquer casos excecionais no decorrer do período em análise que implicassem a derrogação de qualquer disposição do normativo contabilístico aplicável.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras são as que a baixo se descreve.

3.1. Bases de apresentação.

As demonstrações financeiras tiveram por base os seguintes princípios: continuidade; regime do acréscimo (periodização económica); consistência na apresentação; materialidade e agregação; não compensação (entre ativos e passivos e entre os gastos e rendimentos) e informação comparável.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração.

a) Ativos fixos tangíveis:

O critério de mensuração foi o custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações do período foram calculadas de acordo com o método da linha recta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens (Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro):

- Edifícios e outras construções – 50 anos;
- Equipamento básico – entre 3 e 10 anos;
- Equipamento de transporte – entre 4 e 8 anos;
- Equipamento administrativo – entre 3 e 8 anos;
- Outros ativos fixos tangíveis – entre 4 e 8 anos.

(ver mapa do ativo tangível bruto e das depreciações ocorridas)

Os gastos que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como despesas de conservação e reparações do período.

b) Inventários

A entidade utiliza o sistema de inventário permanente mensurado ao custo médio ponderado.

c) Caixa, depósitos bancários e outros equivalentes

Esta rubrica inclui caixa, depósitos bancários e outras aplicações de curto prazo que possam ser imediatamente utilizados sem alteração do valor.

d) Estado e outros entes públicos/ Outros ativos correntes/ Fornecedores/ Outros passivos correntes

As dívidas a terceiros registadas nas rubricas referidas estão contabilizadas pelo respetivo valor nominal.

e) Fundos patrimoniais

Esta rubrica expressa o valor residual dos ativos após dedução dos passivos.

- Fundos atribuídos por fundadores da entidade ou terceiros (“Fundos”-valor inicial).
- Fundos acumulados e outros excedentes (resultados transitados acumulados de exercícios anteriores).
- Subsídios que o governo ou outras entidades públicas ou por norma legal aplicável, que estabelecem a respetiva incorporação no mesmo (Outras variações nos fundos patrimoniais).

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

Não aplicável.

5. Ativo fixos tangíveis.

A quantia escriturada bruta (preço aquisição), as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim de 2016 estão desenvolvidas nos quadros anexos:

- a) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo tangível (mapa anexo);
- b) Movimentos ocorridos nas depreciações das rubricas do ativo tangível (mapa anexo);

6. Ativos intangíveis.

Não Aplicável.

7. Locação.

Não Aplicável.

8. Custos de empréstimos obtidos.

Os encargos suportados com empréstimos são reconhecidos pelo valor efetivo.

9. Inventários.

O movimento desta rubrica está espelhado no mapa elaborado para representação do valor do inventário no fim do período e cálculo do C.M.V.M.C. sendo utilizado o método de custeio médio ponderado.

10. Réditos.

O rédito é mensurado pelo valor da contratação recebida ou a receber.

O rédito a reconhecer é deduzido do montante das devoluções, descontos e outros abatimentos, quando existem.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade.

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Não aplicável

12. Subsídios e outros apoios.

Os subsídios à exploração são contabilizados como rendimento do período, conforme explicitação em mapa anexo.

Os subsídios ao investimento são reconhecidos nos “Fundos Patrimoniais” e transferidos para ganhos do período pelo valor correspondente das depreciações do ativo fixo tangível, na proporção do respetivo financiamento (subsídio).

13. Efeitos da alteração em taxas de câmbio.

Não aplicável

14. Impostos sobre o rendimento.

Não aplicável

15. Instrumentos financeiros.

Financiamentos Obtidos

Os empréstimos são reconhecidos pelo valor efetivo, que em 31 de dezembro são de 623.047,10 euros.

16. Benefícios dos empregados.

O número médio de empregados durante o ano foi de 240. Além destes colaboraram com a Instituição 29 profissionais em regime de prestação de serviços.

O número de membros dos órgãos sociais é de 22. Não auferem qualquer remuneração pelo exercício das respetivas funções.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

Nos termos do D.L.534/80 de 7 de Novembro, a entidade não apresenta dívidas em mora à Autoridade Tributária.

Nos termos do D.L.411/91 de 17 de Outubro, a entidade tem a situação regularizada atempadamente perante a Segurança Social.

18. Outras informações.

Divulgações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

CONTA DE EXPLORAÇÃO DO EXERCÍCIO – 2016

(Em euros)

Código Conta	Gastos e Perdas	Valores 2016		Valores 2015	
61	Custo das Mercad. Vendidas e das Mat. Consumidas				
61211	Géneros Alimentares	438.973,26		406.946,46	
61211	Outros	280.853,80	719.827,06	292.170,59	699.117,05
62	Fornecimentos e Serviços Externos				
621	Subcontratos	0,00		0,00	
6221/8	Serviços Especializados	629.013,19		595.378,39	
6231/8	Materiais	16.864,99		19.347,53	
6241/8	Energia e fluidos	328.774,67		345.082,23	
6251/8	Deslocação, Estadas e Transporte	1.831,17		962,29	
6261/8	Serviços Diversos	118.132,99	1.094.617,01	105.294,99	1.066.065,43
63	Gastos com o Pessoal				
6321	Remunerações Certas	2.300.638,45		2.246.203,11	
6322	Remunerações Adicionais	0,00		0,00	
633	Formação Profissional	18.396,59		49.182,28	
635	Encargos Sobre Remunerações	499.628,60		486.529,76	
636	Seguros de Acidentes no trabalho e Doenças Profissionais	40.817,63		29.327,59	
637/8	Outros Custos com o Pessoal	97.374,15	2.956.855,42	98.355,65	2.909.598,39
64	Gastos de Depreciação e de Amortização		176.448,48		207.177,06
67	Provisões do Período		0,00		0,00
68	Outros Gastos e Perdas				
681	Impostos (taxas).....	753,19		982,02	
68881/2	Apoio carênciados e gratif. estímulo a utentes	7.220,85		15.445,22	
6883	Quotizações	8.958,00		3.460,00	
6889	Outros	8.143,94	25.075,98	8.430,91	28.318,15
69	Gastos de Financiamento e Perdas Similares				
691	Juros Suportados	17.214,33		23.324,70	
698	Outros	0,00	17.214,33	0,00	23.324,70
			4.990.038,28		4.933.600,78
	Resultado Líquido do período.....		146.915,62		218.654,24
			5.136.953,90		5.152.255,02

CONTA DE EXPLORAÇÃO DO EXERCÍCIO – 2016

(Em euros)

Código Conta	Rendimentos e Ganhos	Valores 2016		Valores 2015	
71	Vendas		0,00		0,00
72	Prestações de serviços				
721	Quotas dos Utilizadores-Matric., Mensal. de Utentes/Clientes	3.214.563,48		3.133.212,72	
722/8	Outros	94.447,11	3.309.010,59	55.656,85	3.188.869,57
74	Trabalhos para a Própria Instituição				
748	Para Autoconsumos	0,00		0,00	
749	Para Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, Doações e Legados à Exploração				
751	Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos				
7511	Centro Distrital de Segurança Social	1.094.629,37		1.075.898,25	
7514/8	Outros	129.419,64		164.451,98	
752/8	Subsídios de Outras Entidades	0,00	1.224.049,01	0,00	1.240.350,23
76	Reversões		0,00		0,00
77	Ganhos por Aumentos de Justo Valor		0,00		0,00
78	Outros Rendimentos e Ganhos				
781	Rendimentos Suplementares	226.533,19		209.329,93	
784	Ganhos em Inventários	12.000,00		0,00	
787	Alienação propriedades investimento	0,00		0,00	
7883	Subsídios para Investimentos (transferências)	98.242,44		98.242,44	
782/8	Outros	265.751,64	602.527,27	414.641,98	722.214,35
79	Juros e Outros Rendimentos Similares				
791	Juros Obtidos	1.367,03		820,87	
798	Outros Rendimentos Similares	0,00	1.367,03	0,00	820,87
			5.136.953,90		5.152.255,02

RESUMO:

EBITDA	339.211,40	448.335,13
Resultados operacionais	162.762,92	241.158,07
Resultado Líquido do período	146.915,62	218.654,24

Réditos que foram reconhecidos no período em referência (ponto 10)

Descrição	2016	2015
Vendas	0,00	0,00
Prestação de serviços		
Quotas dos utilizados:		
Área social	1.094.609,12	1.061.354,38
Área da saúde	2.119.954,36	2.071.858,34
Outros	94.447,11	55.656,85
Total	3.309.010,59	3.188.869,57

Subsídios e outros apoios reconhecidos no período em referência (ponto 12)

Descrição	2016	2015
Subsídios do estado		
Acordos cooperação seg. social	1.003.966,87	984.648,25
Programa emergência alimentar (PEA)	90.662,50	91.250,00
Fundo de turismo	82.364,03	40.221,08
Total	1.176.993,40	1.116.119,33
Subsídios de outras entidades (IEFP+Autarquia+POPH)	47.055,61	124.230,90
Total	47.055,61	124.230,90
Total Subsídios e apoios	1.224.049,01	1.240.350,23

Gastos com o pessoal reconhecidos no período em apreciação (ponto 16)

Descrição	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações certas do pessoal	2.290.595,43	2.246.203,11
Indemnizações	10.043,02	0,00
Encargos sobre remunerações	499.628,60	486.529,76
Seguros acidentes de trabalho	40.817,63	29.327,59
Outros gastos com o pessoal	115.5570,74	147.537,93
Total	2.956.855,42	2.909.598,39

Divulgação da posição da entidade, em 31/12/2016, perante o “Estado e Outros Entes Públicos” (ponto 17 e 3.2d)

Descrição	2016	2015
Ativo		
IRC – Pagamentos por conta	2.551,56	2.302,23
IVA – Restituição	21.483,21	20.133,46
Total	24.034,77	22.435,69
Passivo		
Imposto sobre rendimentos pessoas singulares (IRS)	25.808,65	25.309,77
IVA a pagar	8.033,64	11.529,15
Contribuições para a seg. Social	104.619,88	97.062,94
Total	138.462,17	133.901,86

Outras informações (ponto 18)

a) Caixa, depósitos bancários e outras aplicações equivalentes.

Divulgação da posição da entidade nestas rubricas em 31/12/2016 (ponto 3.2c)

Descrição	2016	2015
Caixa	2.558,40	1.717,55
Depósitos bancários à ordem	158.609,24	203.340,73
Depósitos bancários a prazo	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Total	161.167,64	205.058,28

b) Fundos Patrimoniais

Divulgação das variações da rubrica “Fundos Patrimoniais” ocorridas neste período (ponto 3.2e)

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
NO EXERCÍCIO DE 2016**

DESCRIÇÃO	Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes Revalorização Ativos Fixos	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Sub-Total	Resultados Líquidos do Período	Total
Posição no início do período	55.969,82	2.447.804,47	884.012,88	5.724.379,68	2.833.228,20	11.945.395,05	0,00	11.945.395,05
Alterações no período:								
Primeira adoção novo referencial contabilístico								
Alterações das políticas contabilísticas								
Diferenças relevantes nas demonstrações financeiras								
Excedente de deprec. Acumul. nos ativos fixos tangíveis								
Excedente revaloriz. ativos fixos tang. e respet. variações								
Ajustamento por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas fundos patrimoniais					-98.242,44	-98.242,44		-98.242,44
Resultado líquido do período							146.915,62	146.915,62
Sub-Total	55.969,82	2.447.804,47	884.012,88	5.724.379,68	2.734.985,76	11.847.152,61	146.915,62	11.994.068,23
Operação com instituições no período:								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações								
Posição no fim do período	55.969,82	2.447.804,47	884.012,88	5.724.379,68	2.734.985,76	11.847.152,61	146.915,62	11.994.068,23

c) Créditos a receber

Divulgação do saldo das rubricas de clientes e utentes.

Descrição	2016	2015
Cientes/Utentes		
Utentes c/corrente	79.780,01	77.051,64
Cientes c/corrente	569.981,00	509.626,78
Total	649.761,01	586.678,42

d) Outros ativos correntes

Divulgação dos valores a receber ou a recuperar no futuro, englobados na rubrica de Outros ativos correntes, como segue:

Descrição	2016	2015
Fundos de maneo atribuídos (serviços)	1.022,72	1.022,72
Outros devedores	106.224,05	94.306,22
Total	107.246,77	95.328,94

e) Fornecedores

Divulgação do saldo da rubrica de "Fornecedores"

Descrição	2016	2015
Fornecedores em conta corrente	271.133,58	238.008,74
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores, fatura receção e conferência	0,00	0,00
Total	271.133,58	238.008,74

f) Outros passivos correntes

Divulgação dos valores da rubrica "Outros passivos correntes", conforme segue:

Descrição	2016	2015
Remunerações a liquidar (Fér. e subs.férias vencidas em 31/12/2015)	366.116,46	384.418,32
Outros credores	38.913,21	20.807,01
Fornecedores de imobilizado	0,00	0,00
Adiantamentos a pessoal	0,00	0,00
Total	405.029,67	405.225,33

g) Fornecimentos de serviços externos

Divulgação dos valores reconhecidos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", no período em análise.

Descrição	2016	2015
Subcontratos (c/621)	0,00	0,00
Serviços especializados (c/622)	629.013,19	595.378,39
Materiais (c/623)	16.864,99	19.347,53
Energias e fluidos (c/624)	328.774,67	345.082,23
Deslocações, estadas e transportes (c/625)	1.831,17	962,29
Serviços diversos (c/626)	118.132,99	105.294,99
Total	1.094.617,01	1.066.065,43

h) Outros rendimentos e ganhos

Divulgação dos valores reconhecidos na rubrica "Outros rendimentos e ganhos"

Descrição	2016	2015
Rendimentos suplementares	226.533,19	209.329,93
Ganhos em inventário	12.000,00	0,00
Imputação subsídios p/investimento	98.242,44	98.242,44
Alienação propriedades de investimento	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	265.752,64	414.641,98
Total	602.527,27	722.214,35

j) Resultados financeiros

Divulgação dos valores reconhecidos no período de gastos e rendimentos financeiros.

Descrição	2016	2015
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.367,03	820,87
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	17.214,33	23.324,70
Total	-15.847,30	-22.503,83

I) Acordos de cooperação com o Centro Regional Segurança Social.
Divulgação dos valores dos “Acordos” reconhecidos no período.

Descrição	2016	2015
Lar Idosos	265.289,79	255.982,45
Centro Dia – sede	63.058,00	63.688,80
Centro Dia – Laúndos	13.011,60	12.844,80
Apoio Domiciliário	329.551,20	323.712,52
Lar Grandes Dependentes	181.262,28	180.790,14
Apoio Domiciliário Deficientes (CEAP)	149.796,00	147.629,54
Total	1.003.966,87	984.648,25

m) Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e inventário em 31/12/2016.

MOVIMENTOS	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO 2016	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO 2015
Existências iniciais	42.933,12	49.211,31
Compras	704.021,64	673.076,56
Autoconsumos	0,00	0,00
Regularização de existências	19.106,37	19.762,30
Existências finais	46.234,07	42.933,12
Custo no exercício	719.827,06	699.117,05

n) Movimentos ocorridos no ativo tangível e intangível.

MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO TANGÍVEL E INTANGÍVEL (ATIVO BRUTO)
NO EXERCÍCIO DE 2016

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÕES	AUMENTOS			ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
			PIDDAC	OUTROS SUBSÍDIOS	OUTROS FINANCIAMENTOS			
Ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	153.300,00				0,00			153.300,00
Edifícios e outras construções	12.315.184,11				153.671,41			12.468.855,52
Equipamento básico	1.937.603,66				188.032,77			2.125.636,43
Equipamento de transporte	326.893,89				0,00			326.893,89
Equipamento administrativo	300.213,53				3.005,07			303.218,60
Equipamento biológico								
Outros ativos fixos tangíveis	292.882,04				5.787,77			298.669,81
Imobilizações em curso								
Depreciações acumuladas								
Perdas por imparidade acumuladas								
	15.326.077,23				350.497,02			15.676.574,25
Ativos intangíveis								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	18.798,02				0,00			18.798,02
Programas computador								
Propriedade industrial								
Outros ativos intangíveis								
	18.798,02				0,00			18.798,02

o) Movimentos ocorridos nas depreciações do ativo tangível e intangível.

**MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES DAS RUBRICAS DO
ACTIVO TANGÍVEL E INTANGÍVEL DE 2016**

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	332.673,17	151.947,12	+2,80	484.623,09
Equipamento básico	1.890.539,49	14.810,14	-2,80	1.905.346,83
Equipamento de transporte	312.271,74	1.924,15		314.195,89
Equipamento administrativo	291.628,51	2.057,73	-17,60	293.668,64
Equipamento biológico				
Outros ativos fixos tangíveis	280.585,20	487,74	+17,60	281.090,54
Depreciações acumuladas				
Perdas por imparidade acumuladas				
	3.107.698,11	171.226,88	0,00	3.278.924,99
Ativos intangíveis				
Goodwill				
Projetos de desenvolvimento	6.265,92	5.221,60		11.487,52
Programas de computador				
Propriedade industrial				
Outros ativos intangíveis				
	6.265,92	5.221,60		11.487,52

Proposta de Aplicação de Resultados

A Mesa Administrativa propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício de 2016, no montante de 146.915,62 euros, seja afetado à conta de Resultados Transitados.



Ivo Marcelo Duarte
Figueira Matos de Araújo
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de "Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim", que compreendem o balanço em 31/12/2016 (que evidencia um total de 13.431.740,75 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.994.068,23 euros, incluindo um resultado líquido do período de 146.915,62 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Rua Casa dos Poveiros do Rio, 175
4490-499 Póvoa de Varzim
Tlf: 252 684 977 Tlm: 919 522 153
NIF 168 288 613
ivoaraujo.roc@gmail.com
INSCRITO NA O.R.O.C. N.º 1711



Ivo Marcelo Duarte
Figueira Matos de Araújo

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são

Rua Casa dos Poveiros do Rio, 175
4490-499 Póvoa de Varzim
Tlf: 252 684 977 Tlm: 919 522 153
NIF 168 288 613
ivoaraujo.roc@gmail.com
INSCRITO NA O.R.O.C. N.º 1711



Ivo Marcelo Duarte
Figueira Matos de Araújo
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Póvoa de Varzim, 9 de março de 2017

Ivo Matos de Araújo (ROC n.º 1711)



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. n.º 500 850208

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

PERÍODO DE 2016-01-01 A 2016-12-31

Caros Irmãos

Nos termos do n.º.1 do artigo 31 do Compromisso, vem o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, apresentar o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Atividade e as Contas relativos ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2016, como segue:

1 - Ao longo do período em causa e especialmente a propósito do encerramento das contas, acompanhamos a gestão e as contas da Santa Casa, com a profundidade julgada adequada nas circunstâncias, sendo de destacar os seguintes procedimentos:

- a No decorrer do período, acompanhamos com regularidade a gestão da Instituição, por via de indagações junto dos seus dirigentes e dos respetivos serviços administrativos, bem como pela análise da documentação, suporte das operações mais relevantes;
- b Analisamos a evolução dos saldos das diversas rubricas da contabilidade, estabelecendo a sua comparação com a evolução verificada no período homólogo;
- c Indagamos sobre a situação fiscal da Instituição.

2 - Com base nos factos que vieram ao nosso conhecimento, por via dos procedimentos anteriores, formamos a opinião de que:

- a A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, pautou a sua ação pelo respeito pelos Estatutos e pelas deliberações da Assembleia Geral, no quadro do cumprimento da Lei;
- b O Relatório de Gestão traduz, com um grau de detalhe aceitável, a evolução da atividade da Instituição nas diversas valências, a atividade social, a

Instituição de Utilidade Pública

Medalha de Ouro de Reconhecimento Poveiro
11/11/1986



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. n.º 500 850208

evolução que se perspetiva para a Instituição, bem como a explanação dos resultados obtidos no período e a proposta quanto à respetiva aplicação;

c) As rubricas de ativo e passivo expressas no balanço, refletem variações associadas ao desenvolvimento da atividade da Instituição, que nos foram explicadas, sendo de salientar o seguinte:

- o aumento da rubrica de "ativos fixos tangíveis" reporta-se essencialmente, depois de deduzidas as depreciações, à aquisição de painéis solares, com um retorno do investimento muito rápido, uma vez que permitirá poupanças significativas nos gastos com energia. No ano em análise verificou-se uma redução de cerca de € 16 500 com este gasto, tendo o equipamento iniciado a geração de energia em meados de setembro;

- a rubrica "créditos a receber" no ativo corrente, mantém-se muito elevada, mas deve-se essencialmente à dívida da ARS, proveniente de obrigações contratuais referentes a serviços prestados na área de cuidados continuados e de fisioterapia;

- o aumento da rubrica " financiamentos obtidos" refere-se à aquisição dos painéis solares, acima referido. De salientar o aumento da dívida a fornecedores em cerca de 14%, perfeitamente justificável, na medida em que os valores a receber, essencialmente da ARS, também aumentaram significativamente, criando algumas dificuldades momentâneas de tesouraria;

- a rubrica " outras contas a pagar" prende-se com os valores de férias e subsídios a liquidar em 2017;

d) A demonstração de resultados por natureza, expressa, quanto à atividade da Santa Casa, valores coerentes com os do período homólogo, sendo de referir o seguinte:

Instituição de Utilidade Pública

Medalha de Ouro de Reconhecimento Poveiro
11/11/1986

Telefones: 252 290 520 – 968 777 957 • Fax 252 290 529 • E-mail: geral@scmpvarzim.pt • www.scmpvarzim.pt



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM

Cont. n.º 500 850208

- especificamente, quanto à atividade da Instituição, o resultado vem

na linha dos anos anteriores, sendo de realçar o pequeno desvio entre o orçamentado e o realizado, como consequência da aplicação do orçamento base 0.

e) O Relatório e as Contas apresentadas, cujo balanço expressa um total de ativo de € 13 431 740,75 e um total de fundos patrimoniais de € 11 994 068,23 (incluindo um resultado líquido do período de € 146 915,62) satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade desenvolvida, bem como a situação da Santa Casa da Misericórdia.

PARECER

Como conclusão das notas acima expressas - o Definitório é de parecer que a Assembleia Geral deve aprovar o Relatório de Gestão e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, respeitante ao período de 1 de Janeiro de 2016 a 31 Dezembro de 2016.

Póvoa de Varzim, 10 de Março 2017

O Definitório

Presidente



João Pereira Gomes

Vice-Presidente



Maria Emília Macedo Oliveira

Secretária



Ana Paula T. Batista de Lima

Instituição de Utilidade Pública

Medalha de Ouro de Reconhecimento Poveiro
11/11/1986

Telefones: 252 290 520 – 968 777 957 • Fax 252 290 529 • E-mail: geral@scmpvarzim.pt • www.scmpvarzim.pt